



TODOS CONTAM
AÇORES PRIMEIRO

O Movimento



O movimento “**Todos Contam! Açores Primeiro**” lançado em novembro de 2019 pelo Presidente do PS/Açores, Vasco Cordeiro, consistiu num convite à sociedade açoriana para desenvolver uma proposta de nova agenda para os Açores, a Agenda para os 50 anos da Autonomia (2026).

O movimento realizou iniciativas de debate e recolha de contributos online e por todas as ilhas dos Açores. Centenas de açorianos participaram presencialmente e milhares através da Internet.

As conferências contaram com um amplo leque de intervenções, como de agricultores, empreendedores, jovens, empresários, médicos, professores, em suma, açorianos residentes nos Açores, mas também especialistas nacionais e internacionais, muitos destes açorianos que, desenvolvendo carreiras no exterior, não perderam a ligação à região.

Assim, a “Agenda para os 50 anos da Autonomia” é a síntese deste amplo processo interativo. É, desde logo, uma proposta de definição de grandes objetivos para os Açores enquanto comunidade insular, mas também repositório de medidas de curto e médio prazo a cujo debate político aprofundado e consequente implementação se apela.

Todos sabemos que nos tempos de incerteza em que vivemos não é tarefa fácil projetar a próxima década. Sendo, porventura, ainda mais difícil desenvolver uma agenda que responda aos inúmeros desafios que se colocam à nossa Região e a todos os seus sectores económicos e sociais. Razão pela

qual o que se apresenta é, em síntese, uma proposta de Agenda estratégica ampla.

Mesmo assim, e pese embora o ainda parco conhecimento da configuração dos apoios extraordinários da União europeia, procurou-se conformar a estratégia regional com a da União Europeia, alinhando objetivos de forma a exponenciar o efeito propulsor dos investimentos europeus na nossa reconfiguração económica.

Sendo, para o movimento igualmente importante que conforme foi referido numa das conferências, citando Simon Sinek, o que define as organizações que têm maior sucesso são aquelas que têm um desígnio de longo prazo, desígnio esse que é partilhado pelos seus membros e em que toda a ação é desenvolvida em torno desse desígnio. E os Açores terão mais sucesso se tiverem um desígnio de longo prazo, que seja partilhado pelos Açorianos e, em torno do qual, as políticas públicas e privadas sejam congregadas.

De toda a interatividade resulta claro que o objetivo de prosperidade dos açorianos será alcançado por via da qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade, melhoria dos rendimentos das pessoas e das empresas, criação de emprego estável e fomento da natalidade. Tudo isto, tendo como pano de fundo o fortalecimento dos laços comunitários e o reforço do sentimento autonómico, sem descurar o incremento da independência económica e financeira da região.

Novo Tempo

Viveremos, desde logo, tempos marcados pelos efeitos das alterações climáticas, mas também pelo emergir de uma consciencialização ambiental que exigirá das futuras governações renovadas estratégias políticas e novas soluções.

Segundo um estudo do Banco Europeu de Investimento e do instituto de sondagens YouGov, não há ninguém mais preocupado com as alterações climáticas do que os portugueses. O inquérito, que conta com uma amostra total de 25 mil inquiridos, constata que 93% dos portugueses se dizem alarmados quando pensam no assunto, enquanto a média europeia se fica pelos 78%. E são também os portugueses que manifestam maior preocupação face à consciência de que a ameaça é já presente (80%). Uma preocupação comum à generalidade dos cidadãos europeus, 92 % dos quais consideram as alterações climáticas um problema “grave” e 74 % um problema “muito grave”.

Quase nove em cada dez europeus consideram que é importante que os seus governos nacionais estabeleçam metas para aumentar a utilização das energias renováveis (89%) e apoiem os esforços para melhorar a eficiência energética (88%) até 2030. A grande maioria (79%) também é de opinião que deve ser concedido mais apoio financeiro público à transição para energias limpas, mesmo que isso implique uma redução dos subsídios aos combustíveis fósseis.

O Atlântico, o “oceano no qual vivemos”, tal como os outros oceanos, é um dos grandes afetados pelo aquecimento global. Nas últimas décadas, os

Oceanos têm sido a válvula de segurança do planeta, absorvendo o dióxido de carbono libertado para a atmosfera em resultado da queima de combustíveis fósseis. Têm também absorvido muito do excesso de calor produzido em resultado dos elevados níveis de dióxido de carbono na atmosfera. A descoloração dos corais, a interrupção das migrações de peixes, a inundação das zonas húmidas, a acidificação, o degelo nos polos, são sinais de que estamos a levar o Oceano ao limite.

Vários especialistas afirmam que estamos na época do “Antropoceno”. Ou seja, estamos na época em que o homem é que está a dar e a deixar a sua marca no planeta. Para haver mudanças de eras geológicas são precisos vários marcadores e chegamos ao ponto em que discussões científicas equacionam o lixo deixado pelo Homem como um dos possíveis marcadores desta nova era.

Os Açores são 9 ilhas, vários ilhéus, mas também mais de 500 montes submarinos, com uma área emersa aproximada de 2.344 km². Sendo esta área territorial pequena em relação ao todo nacional, existem aspetos geográficos em termos de dimensão, que os Açores rivalizam com o restante território nacional. Por exemplo, a linha de costa das ilhas estende-se por mais de 940km (1.020km, com ilhéus), dimensão equivalente à da extensão da linha de costa de Portugal continental (963km).

A subárea dos Açores da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa ocupa uma área de 957.292 km², representando 55% da ZEE portuguesa e 16,3% da ZEE na União Europeia. A extensão da plataforma continental contígua ao arquipélago, cujos limites foram submetidos pelo estado português à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas (EMEPC), poderá assim acrescentar mais de dois milhões de km² ao território da região.

A profundidade média da ZEE em torno dos Açores é de cerca de 2.500 metros, correspondendo os fundos com menos 600 metros de profundidade a apenas 0,8% da área total, enquanto os fundos entre 600 e 1.500 cobrem 6,8% da mesma área. A planície abissal, com profundidades superiores a 3.500 metros (mas chegando a atingir os 5.800), ocupa uma área considerável da faixa externa da ZEE entre as 100 e as 200 milhas náuticas.

Estas são razões mais que suficientes para que o aquecimento global e as estratégias para a sua mitigação sejam fundamentais para o nosso futuro coletivo. Temos, por isso, também uma especial responsabilidade na forma como exploramos os recursos marinhos. O desenvolvimento da economia azul deve ser alicerçada no melhor conhecimento científico.

Por outro lado, apesar do atual momento de ressurgimento de barreiras económicas e retração no desenvolvimento do comércio internacional, e das trocas comerciais, é expectável que a médio prazo o Atlântico ganhe uma nova centralidade nas rotas comerciais. Fator a que as “lições da pandemia” não serão alheias, uma vez que as dificuldades provocadas pelas cadeias de abastecimento longas poderão levar à inversão desta estratégia, retomando-se em certa medida, e dentro do possível, cadeias de abastecimento tendencialmente mais curtas. Esta nova realidade colocará novos desafios aos Açores, uma região situada entre a Europa e a América.

Em termos sociais, as desigualdades económicas estão na ordem do dia. Vivemos um tempo de desigualdades acentuadas, o que não acontecia há bastante tempo. As desigualdades crescem em todo o Ocidente. Ou seja, os mais ricos estão mais ricos, e os mais pobres, mais pobres. Informações como as que resultaram dos Panama

Papers mostram como os mais ricos são ainda mais ricos do que se pensava, dispondo de uma riqueza completamente desproporcional ao valor que têm para a sociedade.

A própria Igreja Católica, nas suas posições mais recentes relativamente ao papel dos empresários e das empresas na economia, nas palavras do Papa Francisco, tem dito que a tarefa dos empresários é uma tarefa nobre, se desenvolvida num espírito imbuído, amplo, da vida. E, nesse sentido, a Igreja Católica, por exemplo, reconhece o papel fundamental da economia e particularmente dos empresários como substrato às próprias políticas sociais.

Desta forma, podemos afirmar que não existem propriamente dois mundos em confronto, ou seja, a economia não é um mundo distinto e em confronto com as políticas sociais. Antes, a economia dá substrato às políticas sociais e as políticas sociais ajudam a economia a orientar-se num sentido que gere sustentabilidade e um fim último – o desenvolvimento pleno do território.

As novas gerações parecem cada vez mais inquietas quer com o futuro do planeta quer com o próprio futuro dos seus projetos de vida. O debate acerca das desigualdades e da capacidade do modelo capitalista para as mitigar está a acontecer. As ideologias afinal não morreram e, ao contrário do afirmado por Fukuyama, porventura abusivamente interpretado, o fim da história não chegou.

As democracias chamadas liberais, alicerçadas em sociedades capitalistas, não só não são uma realidade global, como começam até a surgir movimentos em sentido contrário.

Segundo um artigo publicado por Yascha Mounk e Roberto Stefan Foa, referido numa das conferências do

movimento, e que se baseou nos World Value Surveys, há uma diferença muito grande em relação ao apego a valores democráticos entre jovens e pessoas mais velhas, isto é, entre jovens e a geração que nasceu nos anos 60 e 70, não só nos EUA mas também na Europa.

Quando se refere “jovens” neste trabalho, fala-se da geração dos millennials, nascidos a partir de 1980 e até 1995, pessoas que têm entre os 25 e os 40 anos. E o que aquele estudo mostra, por via de perguntas tão simples como “O quão essencial é para si viver numa democracia?”, é que existe uma disparidade enorme entre estas gerações. 72% dos americanos que nasceram antes da II Guerra Mundial dizem, de 1 a 10, que para eles é 10 pontos essencial viver numa democracia. Já nos Países Baixos, a título de exemplo, esta percentagem diminui 55%, valores muito aproximados dos registados na restante Europa. Já entre os millennials, apenas 30% nos EUA e 33% nos Países Baixos dizem que é essencial para eles viver numa democracia.

São dados desafiantes e de um certo ponto de vista absolutamente surpreendentes. Não é assim tão notória esta falta de apego à democracia. Mas em várias outras perguntas diferentes lançadas pelo World Value Survey, como a que questiona se a democracia é um muito mau, mau, bom ou muito bom regime político, há resultados que merecem reflexão. É que também aqui 16% dos americanos nascidos depois de 1970, em 1995, diziam que era mau, ou muito mau. Para vinte anos depois, estes mesmos americanos mais velhos serem já 20% afirmarem que é um mau ou muito mau sistema.

Tudo isto é uma forte chamada de atenção, até porque a experiência ensina que estas tendências na história de longo curso têm um elevado potencial de contágio.

É, portanto, enquadrado num cenário global de grande incerteza política, económica e social – uma marca, aliás, deste novo tempo em que vivemos – que os Açores, no caso, a Região Autónoma dos Açores, deverá consolidar a sua autonomia democrática, encontrando soluções capazes envolver os açorianos na definição e desenvolvimento do seu projeto de sociedade comum.

É inegável que a elevada abstenção e a pouca participação dos açorianos na discussão das questões políticas são fatores que devem merecer toda a atenção.

Porém, de um certo ponto de vista, parece ser chegada a hora dos açorianos se envolverem mais intensamente neste novo tempo, neste tempo de novas oportunidades.

O advento das comunicações digitais e a adoção sem paralelo das tecnologias da informação e comunicação no trabalho, no comércio, e no lazer, por exemplo, fruto das necessidades de adaptação rápida à Pandemia, podem constituir um fator determinante para o reposicionamento dos Açores no mundo. Podem, inclusivamente, ser determinantes na forma como nos relacionamos dentro dos próprios Açores. Somos hoje menos periféricos do que éramos há apenas 6 meses. Estamos mais e melhor ligados entre nós e ao mundo.

Mar

O Mar dos Açores tem ajudado a Região na ligação entre as ilhas e entre estas com os continentes Europeu e Americano, sendo também fonte de riqueza para os Açorianos, principalmente através da pesca e do turismo ligado ao mar. Os Açores têm transformado em real o potencial do seu mar, mas ainda há espaço para o tornar mais valioso e ao mesmo tempo sustentável.

O uso e a sua exploração passam por uma governação feita de forma coordenada, envolvendo todas as atividades e parceiros, como tem acontecido na Região. No entanto, não basta garantir que uma atividade é efetuada seguindo os melhores critérios ou que determinada área geográfica tem uma gestão exemplar. É necessário que a boa governação seja ampla e abranja todas as atividades e todo o Oceano.

O envolvimento dos Açores na Comissão do Mar dos Sargãos, na Declaração de Belém, assim como na Declaração de Galway são exemplos concretos da participação e envolvimento da Região na boa Governação Internacional dos Oceanos.

A próxima década será dominada pelos objetivos do Acordo de Paris, do Pacto Ecológico Europeu e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Só com estratégias coerentes e cooperantes como estas podemos alcançar um equilíbrio sustentável e duradouro para o planeta.

O impacto das alterações climáticas é sentido nos Açores, com tempestades cada vez mais frequentes e destruidoras. A resiliência dos Açorianos tem ajudado a superar as consequências, mas há que encontrar formas de reverter as alterações climáticas, e a contribuição de todos para as estratégias de combate às mesmas são fundamentais. Apesar de isolados geograficamente, e de o Mar dos Açores ser reconhecido como bom exemplo de governação, os Açores sofrem impactos de ações feitas a muitos quilómetros de distância, bem para lá dos limites da ZEE dos Açores e do continente Europeu.

As exigências ambiciosas de políticas e estratégias europeias, como a Política Comum das Pescas ou Pacto Ecológico Europeu, devem ser catalisadores para melhorar a forma como as atividades são realizadas. Estas políticas e estratégias devem servir também para encontrar novas oportunidades na economia azul, como sejam a aquicultura, a bio-tecnologia e a produção de energia renovável marinha.

O desenvolvimento das atividades no mar, sejam elas tradicionais ou inovadoras, deve basear-se no melhor conhecimento científico, apoiado na monitorização e no controlo daquelas. Só com o conhecimento é possível ter uma governação efetiva e que permita a sua compatibilização.

O Pacto Ecológico Europeu é baseado em várias estratégias para a sua implementação, a Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030 e o Plano de Ação para o Atlântico 2.0 serão grandes desafios para a Região. A compatibilização dos diferentes interesses de utilização do espaço marítimo é crucial para que as diferentes estratégias sejam implementadas e surtam o efeito desejado de desenvolvimento sustentável social, económico e ambiental da economia do mar.

O grande desafio que os Açores enfrentarão na Governação dos Oceanos na próxima década passa por encontrar o equilíbrio que permita que 30% da ZEE seja declarada área marinha protegida como definido na Estratégia de Biodiversidade. Numa área em que a pesca e o turismo associado ao mar se concentram em cerca de 2,5% da área do Mar dos Açores, costa das ilhas e bancos submarinos, e que coincidem com a maioria dos habitats com necessidade de conservação, só com uma governação e gestão partilhada entre os interessados será possível atingir esses objetivos.

Crises, como a causada pela pandemia do COVID-19, mostram que a resiliência e cooperação são a única forma de superar obstáculos. Tornar os Açores mais resilientes passa por conhecer mais e melhor o seu mar, proteger os seus recursos, mas também utilizar todas as suas potencialidades.

Continuar a desenvolver de forma sustentável as atividades tradicionais é um objetivo que vem sendo seguido, mas há que continuar também a diversificar e encontrar novas atividades que permitam aos Açorianos gerar mais riqueza e tornar a economia Regional mais resiliente e sustentável.

Terra

Os Açores, pese embora a sua relativa pequena dimensão em comparação com o território nacional, são responsáveis por cerca de 35% do leite e 50% do queijo produzido em Portugal. Mais recentemente, fruto do investimento na diversificação da bovinicultura e também na rede de abate, os Açores têm vindo a aumentar a produção de carne.

Paralelamente, inúmeros produtos agrícolas começam a afirmar-se pela sua qualidade e características próprias. É o caso dos vinhos, das meloas de Santa Maria e da Graciosa ou mesmo a floricultura que tem especial incidência na ilha Terceira. O investimento na produção hortícola tem registado um aumento significativo, com especial significado para os produtos comercializados já embalados onde merecem destaque alguns projetos inovadores levados a cabo por jovens empreendedores.

A agricultura biológica tem vindo a desenvolver-se. Desde logo, a de produtos hortícolas, mas também a que contende com a produção de produtos lácteos biológicos. Os Açores dispõem de perspectivas positivas se atentarmos a alguns fatores críticos de sucesso para o futuro da sua agricultura. Como é o caso da juventude dos nossos agricultores, que são os mais jovens da Europa, assim como a organização por via de cooperativa de produtores ou o desenvolvimento de marcas que associam a imagem dos Açores, enquanto região de natureza intacta, aos produtos agrícolas. A tudo isso acresce a imagem de região socialmente sustentável, que aproxima os Açores dos conceitos de mercado justo. Isto é, de uma região em que os produtores são devidamente remunerados pelo seu trabalho.

Assumindo a agenda das alterações climáticas como uma das suas principais políticas de curto médio prazo, a União Europeia lançou recentemente o Pacto Ecológico Europeu. Na vertente agrícola, o objetivo deste pacto é que 25% das terras agrícolas europeias sejam de agricultura biológica em 10 anos.

Esta nova realidade, da estratégia “do prado para o prato”, terá impactos na configuração dos fundos comunitários, constituindo um enorme desafio para os agricultores europeus onde naturalmente se incluem os açorianos.

Tendo uma noção clara dos desafios que enfrentaremos, há que saber tirar partido destes tempos de mudança para encetar um conjunto de políticas que enforme uma resposta positiva dos agricultores açorianos.

A verdade é que um dos maiores desafios que se coloca à agricultura açoriana, mormente a que contende com o sector dos laticínios, é a valorização dos produtos quer ao nível do desenvolvimento de produtos de maior valor acrescentado quer a procura de novos mercados ou até novos nichos de mercado, com capacidade para pagarem um melhor preço por aquilo que produzimos.

Para além do potencial agrícola, que está ligado à paisagem e às características únicas da nossa paisagem que são garante da nossa atratividade turística, o ordenamento do território é um ponto fulcral para o desenvolvimento harmonioso da comunidade açoriana. É assim necessário que a dialética ordenamento do território/-necessidade de ocupação dos solos se faça de forma equilibrada e que permita o desenvolvimento do meio rural.

Uma das características mais significativas da região é a manutenção das populações nos meios rurais e, para isso, não só se torna necessário a manutenção dos empregos na agricultura como também a possibilidade de se desenvolverem núcleos habitacionais e outras infraestruturas nas zonas rurais.

Povo

Em 2018, a Região Autónoma dos Açores contava com 243.354 residentes, segundo estimativas do INE, apontando os números para uma diminuição da população residente, uma baixa taxa de natalidade e mais óbitos do que nascimentos.

Em 2011, residiam nos Açores 246.772 indivíduos, descendo em 2018 para os já referidos 243.354, menos 3.418 indivíduos. Quando comparada com o movimento registado no todo nacional, a tendência de decréscimo populacional confirma-se, sendo de salientar o facto da taxa de decréscimo ser mais expressiva no país (2,70%) do que na região (1,32%).

Sendo a RAA composta por 9 ilhas com dimensão distinta e características particulares, regista-se um comportamento bastante diferenciado no que diz respeito a sua demografia.

Segundo o INE, entre 2001 e 2011, dados dos últimos Censos realizados, verificou-se no todo da região um crescimento populacional na ordem dos 5.000 habitantes, traduzindo uma variação percentual positiva de 2,07%. No entanto, esta tendência de crescimento foi distinta de ilha para ilha, com variações percentuais positivas nas ilhas de São Miguel (4,75%), Corvo (1,18%) e Terceira (1,08%). As restantes ilhas registaram variações percentuais negativas, variando entre os -0,46% e os -8,14%, com a seguinte distribuição: Faial (-0,46%), Santa Maria (-0,47%), Pico (-4,44%), Flores (-5,06%), São Jorge (-5,20%) e Graciosa (-8,14%).

Importa salientar a desproporcionalidade da distribuição populacional pelas 9 ilhas, com São Miguel a agregar cerca de 56% da população açoriana, e em con-

junto com a ilha Terceira, acolher quase 79% da população da região. Deste modo, a leitura das variações percentuais de cada ilha deverá ter em conta a sua dimensão.

Partindo deste retrato resultante dos recenseamentos realizados em 2001 e 2011, e considerando as estimativas apresentadas pelo INE até ao ano 2018, é possível verificar um crescimento populacional na RAA até 2013, ano a partir do qual passamos a assistir a um decréscimo constante, verificando novamente discrepâncias de comportamento entre as várias ilhas.

Entre 2011 e 2018, a população da RAA decresceu na ordem dos 1,39%. A tendência de declínio regista-se em 7 das 9 ilhas açorianas, com especial destaque para as ilhas de São Miguel (-0,38%) e Terceira (-1,88%) que passaram de uma tendência positiva para uma negativa, não esquecendo o peso relativo que representam na região.

As ilhas com maior variação percentual negativa registaram valores entre os 2,69% e os 8,68%, a saber: Faial (-2,69%), Pico (-3,26%), Graciosa (-3,30%), Flores (-3,90%) e São Jorge (-8,68%). De realçar que a ilha de São Jorge, para além de manter a maior perda de população, em termos percentuais, viu agravada esta tendência quando comparados os períodos de 2001-2011 e 2011-2018. Apenas as ilhas de Santa Maria (+1,51%) e Corvo (+7,91%) registaram aumentos populacionais entre 2011 e 2018.

Para melhor compreender a evolução da população residente, importa analisar a relação entre a mortalidade e a natalidade, isto é, o saldo natural registado ao longo deste período na região. Segundo dados do INE, entre 2001 e 2008, a tendência predominante traduziu-se num maior número de nascimentos face aos óbitos, registando-se saldos naturais positivos entre os 400 e

os 600 indivíduos. Posteriormente, regista-se um crescente declínio, que levou a que estes valores fossem progressivamente mais modestos, invertendo-se a tendência de 2013 em diante, ano a partir do qual o número de óbitos passou a superar o número de nascimentos.

O saldo natural, ilha a ilha, denota algumas diferenças, sendo possível verificar que São Miguel é a única ilha com saldo positivo ao longo do período em análise, embora com uma taxa de crescimento em queda. As ilhas de Santa Maria, Terceira, Faial e Corvo registam desde 2001 oscilações entre saldos negativos e positivos, sendo que em 2018 todas elas apresentaram um saldo negativo, mas com tendência de recuperação, a partir de 2016, para as ilhas Terceira, Faial e Corvo.

As restantes 4 ilhas registam saldos naturais sempre negativos desde 2001, sendo que no caso das ilhas Graciosa e Pico, embora mantenham saldos negativos, a tendência é de recuperação, não obstante o facto de terem registado neste período anos em que a variação percentual negativa foi bastante significativa. No que concerne às ilhas de São Jorge e Flores, não só o saldo é sempre negativo, como tende a agravar-se.

A população açoriana com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos (população ativa) representava 84% do total da população em 2000 e 83% em 2019. Embora se mantenha esta definição para a análise da população ativa e para a escolaridade da mesma, importa referir que o aumento de anos de escolaridade obrigatória, assim como a população ativa com mais de 65 anos representar 2,6% da população ativa em 2019, merecer a nossa atenção na interpretação destes dados. Ainda assim, a dinâmica da evolução das qualificações académicas neste grupo deverá acompanhar, de forma aproxi-

mada, as qualificações da população em idade ativa (CESA – Conselho Económico e Social, 2020).

No que toca às qualificações académicas, entre 2000 e 2019 a RAA viu decrescer o número de indivíduos com níveis de qualificação até ao 1º ciclo do ensino básico e crescer o número de indivíduos com uma qualificação académica correspondente ao ensino secundário ou ao ensino superior. De realçar que a população feminina no ensino superior é duas vezes maior que a masculina: em 2000, 5 mil mulheres e 2,6 mil homens; em 2019, 14,9 mil mulheres e 7,5 mil homens (CESA – Conselho Económico e Social, 2020).

Importa, no entanto, realçar que esta tendência de crescimento da população ativa qualificada ao nível do ensino superior sofreu uma diminuição a partir de 2017, registando-se uma variação percentual negativa na ordem dos -13,85%. Desagregando este indicador verificamos que o número de homens em idade ativa com nível de qualificação superior decresceu, entre 2017 e 2019, a uma taxa média anual de 7,2%, sendo esta igual a 11,7% para os homens e a 4,7% para as mulheres. De igual modo, a partir de 2017, verifica-se um abrandamento da taxa de crescimento média anual dos indivíduos com o ensino secundário (CESA – Conselho Económico e Social dos Açores, 2020).

Feito um breve retrato da população ativa e do seu nível de qualificação, importa referir o nível da remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem. Tomando 2017 como ano de análise, ano em que nos é possível comparar os valores para a RAA, Portugal e a União Europeia, podemos verificar que enquanto o ganho médio mensal (€), dos trabalhadores por conta de outrem na RAA foi de 1.049,10€, em Portugal foi de 1.130,80€ e na União Europeia ascendeu aos 1.520,00€.

A melhoria deste valor médio e a consequente aproximação aos níveis médios do país e da União Europeia dependem em grande medida da melhoria dos níveis de qualificação da nossa população, passando pelo combate ao abandono escolar precoce de educação e formação, pelo aumento do nível de habilitações académicas e pela capacitação/reconversão de ativos.

Este breve enquadramento da realidade do povo açoriano permite-nos confirmar as realidades discrepantes observadas nas nove ilhas dos Açores, sendo por isto premente envidar políticas que se adequem a estas diferentes realidades e concorram para uma maior homogeneização da vida dos açorianos.

As questões relacionadas com a população residente não podem dissociar-se da capacidade que teremos de incutir a cada uma das ilhas para atrair e reter a população, nomeadamente a população mais qualificada, essencial para responder aos desafios colocados pelos novos tempos e por consumidores e visitantes cada vez mais informados e exigentes.

Num contexto em que a Inovação assume um papel central, até mesmo nos sectores mais tradicionais, não podemos descurar a importância da qualificação da população açoriana, assim como na criação de atrativos para a sua retenção ou para a atração de ativos de fora da região.

Por forma a facilitar o desenho de políticas num território descontínuo fisicamente e com diferenças que não podemos ignorar, agrupámos as ilhas em três clusters, respeitando as suas características demográficas e o nível de desenvolvimento económico.

Deste modo, um primeiro cluster será constituído pelas ilhas de São Miguel e Terceira, onde os maiores desafios se prendem com a coesão interna e com o combate à pobreza, uma vez que reúnem os maiores focos da região.

Um segundo cluster formado pelas denominadas ilhas do Triângulo: Faial, Pico e São Jorge que, pela sua proximidade, acabam por emergir como territórios complementares e, por isso, capazes de serem propulsores de um crescimento colectivo.

E, por fim, as ilhas do Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria, compondo o cluster em que a pressão demográfica assume maior peso.

PRO POS TAS





Roteiro para a transformação digital

Fruto do advento da sociedade da informação e comunicação, os Açores estão hoje mais “próximos do mundo”. Nos últimos tempos, em virtude da reação tecnológica às restrições de proximidade física resultantes da Pandemia por COVID-19, assistimos a um incremento sem paralelo nas comunicações à distância. Esta realidade trouxe novos hábitos de trabalho e de consumo que ao que tudo indica tenderão a perpetuar-se (para além da Pandemia), muitos deles com grande potencial de impactar a competitividade da nossa região.

A verdade é que somos cada vez menos periféricos. Se a tudo isso adicionarmos a expetável configuração da resposta da União Europeia, com uma aposta central na digitalização, facilmente depreendemos que se está a abrir uma nova janela de oportunidade para os Açores. Há, por conseguinte, um desafio que deve merecer a nossa maior atenção e envolvendo toda a comunidade: o desafio da transformação digital.

Na senda do que o movimento tem defendido para todas as políticas, importa que todos participem no desenho das soluções e conheçam os objetivos a atingir. O envolvimento da comunidade é um fator crítico de sucesso. É, por isso, que defendemos a criação de um Roteiro para a Transformação Digital como parte integrante da “Agenda para os 50 anos da autonomia”.

Este roteiro é indissociável da qualificação dos recursos humanos, da capacidade de financiamento, e das infraestruturas de comunicação. Trata-se, por isso, de um roteiro que deve ser entendido não como uma política sectorial, mas antes como um desígnio regional com verdadeiro potencial transformador merecedor de acolhimento ao nível da coordenação estrutural das futuras políticas regionais.

O “momentum” da Economia Digital

A melhoria significativa nas condições técnicas subjacentes ao uso da Internet (ex. largura de banda) alterou ligeiramente o paradigma e o objeto dos estudos em matéria de Economia Digital, passando a focar-se na forma como as tecnologias digitais, serviços, produtos, técnicas e competências estão a difundir-se de forma transversal nas economias mundiais.

Os produtos e serviços digitais vieram facilitar uma mudança acelerada transversalmente a vários setores, muito para além das áreas *high-tech*, razão pela qual a Economia Digital apresenta vários níveis, como defendidos por Bukht e Heeks (2017), a saber: o nível nuclear (setor das TIC's); âmbito estreito (Economia Digital) e âmbito alargado (Economia Digitalizada).

De acordo com o *Digital Economy Report* (2019) das Nações Unidas, a geografia da economia digital, considerando as 70 maiores plataformas digitais, está essencialmente concentrada nos Estados Unidos e China (90%), detendo estes países 75% das patentes relacionadas com Blockchain, 50% do total mundial investido em *Internet of Things* e mais de 75% do mercado de computação em nuvem. O desnível notório, referido atrás, exige que Governo, Sociedade Civil, Academia e os setores empresariais tecnológicos trabalhem em conjunto para assegurar um futuro competitivo.

As novas tecnologias, no âmbito da revolução digital em curso, criam oportunidades, mas também ameaças. Se por um lado a inteligência artificial e a digitalização crescente criarão um conjunto de profissões baseado em competências novas e distintas, por outro lado algumas profissões tornar-se-ão obsoletas, sendo por isso fundamental reforçar a aprendizagem ao longo da vida, assim como a reconversão de ativos humanos e ainda um novo equilíbrio trabalho/lazer.

A Europa encontra-se, ciente dos meandros de uma Economia Digital galopante, num processo acelerado, ainda mais pela pandemia da COVID-19, de transição digital impulsionada por consumidores, centros de inovação, ciência e tecnologia e empresas.

Considerando o “*Digital Economy Report*” (2019) das Nações Unidas, a Europa consegue apenas capturar 3,8% do valor mundial das 70 maiores plataformas digitais e com base em dados do *Mackinsey Global Institute* (2016) a captação do potencial total de digitalização nas PME's europeias não ultrapassava em 2016 os 12%, contrastando com os 18% exibidos pelos EUA.

Se as empresas retardatárias (que resistem à adoção de tecnologia corrente e emergente) europeias duplicarem a sua intensidade digital, a Europa poderá adicionar 2,5 triliões de euros ao seu PIB em 2025 e aumentar em 1% ao ano o seu PIB nesta década, benefício este extensível, como é óbvio, aos Estados-Membros e respetivas regiões.

Por essa razão, os Estados-Membros e respetivas regiões beneficiarão de mais de 9 mil milhões de euros, ao abrigo do Programa Europa Digital, nos domínios: Supercomputação, Cibersegurança, Inteligência Artificial, Competências Digitais Avançadas e Transformação Digital, para fazer face a este período de transição para a Sociedade 5.0.

Transformação Digital

Enquanto região arquipelágica, os Açores enfrentam desafios em alguns setores, que podem ser mitigados, parcial ou mesmo totalmente, através da aposta e reforço dos vários níveis da Economia Digital, entre os quais a Transformação Digital das organizações.

Do ponto de vista do domínio da tecnologia, áreas como *Internet of Things*, *Blockchain*, Inteligência Artificial e outras já referidas, apresentam um potencial sem precedentes na nossa história. Uma boa parte das organizações está agarrada a tecnologias, em parte obsoletas, recusando-se à adoção de tecnologias emergentes, sob o pretexto dos custos inerentes e da narrativa de aversão à mudança do “sempre fizemos desta forma e funcionou”.

A transformação digital exige repensar os processos inerentes à satisfação das necessidades dos cidadãos e clientes e articulação entre os vários departamentos que compõem a organização. Muitas organizações têm dificuldade em conciliar a gestão de processos associados aos cidadãos e clientes com o pensamento hierárquico tradicional. Se os processos forem ignorados, ainda que em parte, reduz-se a transformação digital a uma série de melhorias incrementais, que na prática consomem mais tempo e recursos, do que uma transformação holística.

A integração multinível de tecnologias digitais nas organizações permite criar e entregar valor de forma mais eficiente, pela melhoria de produtos ou serviços e/ou redução de custos, aumentando assim a sua competitividade. A escolha das tecnologias digitais a integrar está obviamente relacionada com o setor de atividade, mas mesmo os setores primário e secundário apresentam espaço para uma transformação digital, com recurso a ferramentas associadas a setores *high-tech*, como sendo inteligência artificial, cujo uso está generalizado nas suas formas de expressão mais simples, como sendo a recomendação de um artigo, com base na navegação do utilizador num *Marketplace digital*.

Organizações “não digitais” beneficiam da exploração dos canais digitais para potenciar a avaliação e entrega dos seus produtos ou serviços, algo que a pandemia em curso acelerou, a julgar pelo aumento de lojas online ou plataformas bilaterais que ligam consumidores aos comerciantes desprovidos de loja digital. A exploração de canais digitais ou a inclusão de novas ferramentas pode igualmente fomentar o desenvolvimento de novos fluxos de receita.

De acordo com dados do EuroStat, 60% dos europeus faz compras *online* e cerca 1/3 das vendas dos maiores retalhistas a nível mundial são feitas através de canais digitais. Durante a pandemia, os negócios preparados para oferecer os seus produtos/serviços *online* reagiram, de um modo geral, significativamente melhor, pois houve um aumento considerável das vendas *online*, em alguns casos na ordem dos 80%, relativamente ao período homólogo de 2019. Apesar de se ter verificado uma diminuição das compras online no período subsequente ao confinamento, todas as estimativas apontam para um crescimento continuado e sustentado do comércio eletrónico.

A pandemia da COVID-19 acelerou a adoção do teletrabalho como resultado da necessidade de garantir o distanciamento físico enquanto medida profilática ao contágio.

Verificou-se que, contrariamente a algumas crenças infundadas, a maioria dos trabalhadores respondeu positivamente ao teletrabalho e a produtividade inclusivamente aumentou. Tal

facto poderá eventualmente ser explicado através do Modelo das Características do Trabalho de *Hackman e Oldham* (1976), pelo fomento da autonomia, uma das 5 características que o modelo descreve.

A oferta de plataformas digitais criou verdadeiros ambientes virtuais de trabalho, à distância de um clique, e a utilização de soluções *cloud-based* intensificou-se melhorando a eficiência dos processos e a comunicação Intraorganizacional, com vantagens ao nível do aumento da produtividade, da melhoria do equilíbrio vida profissional/ vida pessoal do trabalhador, pela poupança de tempo e recursos (custo com transportes públicos ou viatura própria por exemplo); da redução de custos para a organização, bem como a sua pegada carbónica, pela redução indireta do uso de combustíveis fósseis, que advêm da redução de eletricidade e combustível utilizado na deslocação para o trabalho.

A Administração Pública, sobretudo os organismos responsáveis por delinear as estratégias futuras e políticas de fomento do desenvolvimento económico, assumem-se como pilar estruturante da transformação digital, em estreita ligação com o setor empresarial, os centros de conhecimento e a sociedade civil.

Assim, compete à Administração Pública delinear as políticas e sistemas de incentivo à digitalização da economia, de acordo com as tendências tecnológicas e oportunidades diagnosticadas no âmbito das áreas prioritárias da especialização inteligente. Tal trará inegáveis melhorias à realidade digital dos Açores, contribuindo para ultrapassar os constrangimentos digitais das organizações açorianas e as suas limitações ao nível das competências-chave dos Recursos Humanos e literacia digital da população em geral.



As Infraestruturas tecnológicas são fatores-chave para o desenvolvimento tecnológico. Nos Açores, atenta a reduzida dimensão populacional e a dispersão da população por nove ilhas, importa que o poder público seja um interveniente ativo, pois cabe-lhe assegurar o acesso universal às tecnologias de forma a que empresas e famílias possam tirar partido das tecnologias para aumentarem a sua competitividade e qualidade de vida, respetivamente. Neste sentido, há dois investimentos fundamentais que serão levados a cabo no curto/médio prazo, cujo desfecho pode em muito influenciar o sucesso do roteiro para a transformação digital: A implementação da tecnologia 5G e o “novo” cabo de fibra ótica.

É certo que o investimento em infraestruturas de rede e de acesso 5G é efetuado pelos operadores de telecomunicações licenciados, cabendo ao regulador, no caso português a ANACOM, a atribuição de licenças e o estabelecimento das obrigações a que estão sujeitos esses operadores.

A tecnologia 5G permite maior velocidade e capacidade que as atuais tecnologias sem fios, enquanto a velocidade de transferência do 4G LTE pode alcançar 1Gbps (“*gigabit*” por segundo), o 5G aumentará a velocidade de *download* para até 10 Gbps, assim como um tempo de latência muito inferior.

Deste modo, o 5G é o principal recurso para viabilizar a implementação da Internet das Coisas (*“Internet of Things”*), cuja principal característica é uma melhor integração dos dispositivos conectados à Internet, como as *Smart TVs*, automóveis, serviços de segurança, entre outros.

Um aspeto muito importante para a RAA é que a banda larga 5G é mais fácil de ser distribuída pelos operadores que as linhas de fibra ótica, que têm que ser instaladas em cada residência, com custos operacionais elevados. A tecnologia 5G permite que se opte por um lacete *wireless* com virtualmente a mesma capacidade de transmissão do que uma fibra ótica potenciando novos e melhores serviços em condições comerciais mais vantajosas para quem os adquire.

Considerando que no contexto da sua aplicação à região existem matérias que devem salvaguardar os interesses da RAA, em matéria da introdução da tecnologia 5G no arquipélago e do reforço de cobertura dos serviços de comunicações móveis atuais, o GRA tem vindo a intervir junto do Regulador ANACOM no sentido de garantir que:

- até final de 2023, à cobertura de 75% da população de todas as freguesias da RAA;
- haverá uma cobertura robusta e eficiente na RAA, através da definição de um critério que tivesse em consideração um racional entre concelho/população e área do concelho;
- que até 2025 os operadores sejam obrigados a reforçar o sinal do serviço de voz de forma a permitir uma cobertura considerada “boa” em 95% do território de cada um dos seus concelhos, ou, no limite, 95% de cada uma das ilhas do arquipélago

O sistema de cabos submarinos é de uma importância absolutamente vital para a Região Autónoma dos Açores (RAA) e é, de todos, o sistema com maior impacto socio-económico e o único viável em termos de comunicações de dados para exterior.

Realça-se que todos os serviços de voz e dados móveis, acesso à *World Wide Web* (Internet) e a todos os seus conteúdos, acesso aos canais de televisão, são apenas alguns dos serviços que são suportados pela rede de cabos submarinos existentes.

Toda a transmissão digital de dados ficará comprometida no caso de existir uma indisponibilidade na atual rede de cabos submarinos e, para se ter uma ideia dos serviços que ficariam indisponíveis, para além dos atrás elencados, destacam-se os seguintes:

- o Chamadas telefónicas;
- o O acesso ao email;
- o O serviço de TV por cabo;
- o O funcionamento da rede de ATM's do Multibanco e serviços digitais de suporte às transações financeiras e de acesso a contas bancárias;
- o O acesso às redes sociais;
- o A possibilidade de se efetuar teletrabalho;
- o O acesso a portais e sites que disponibilizam informação e serviços aos cidadãos;
- o Acesso a Compras Online;
- o Telemedicina.

Infelizmente, não é viável a utilização de meios alternativos ao sistema de cabos submarinos, por via da capacidade que este oferece e dos serviços que suporta, quando comparado, por exemplo, com sistemas de satélite.

Para além da dependência socioeconómica da RAA face a este sistema de comuni-

cações e sua importância, na vida das empresas e no bem-estar da população, estes cabos são absolutamente essenciais para garantir as comunicações e a coesão territorial nacional, assim como garantir a capacidade de competitividade da RAA que não deve ser comprometida com custos de contextos, como são neste momento as comunicações de e para o exterior da RAA.

Importa ainda valorizar e beneficiar da posição geoestratégica da RAA para estimular a criação de uma plataforma internacional de amarração de cabos e de instalação de centros de armazenamento e computação de dados.

O GRA tem vindo a trabalhar com o GR no sentido de ser possível concretizar através do Estado português o investimento de cerca de 150 milhões de euros num espaço temporal de 3-4 anos e com recurso a fundos comunitários.

Propostas:

Considerando os pontos acima indicados, a Administração Pública, poderá:

- Criar um Plano de Fomento da Digitalização para a Economia Açoriana 2021-2027, considerando o Quadro Horizonte Europa e o Programa Europa Digital;

- Criar um conjunto de programas e mecanismos que permitam amplificar as forças identificadas e mitigar os constrangimentos das organizações açorianas, sendo algumas sugestões;

- Incentivos específicos para a reconversão digital dos trabalhadores;

- Incentivos específicos para a criação de empresas açorianas *high-tech* nos domínios do Programa Europa Digital;

- Incentivos à fixação de polos de desenvolvimento *high-tech* de empresas de base digital de referência, nas várias ilhas da região;

- Benefícios fiscais para os “campeões” da transformação digital;

- Majoração percentual ao incentivo não reembolsável para projetos com uma componente digital avançada;

- Unidade de Missão para o Roteiro – Criar uma unidade de inteligência e prospetiva com núcleos setoriais, que sirva de apoio à construção e atualização dinâmica dos programas e políticas de base digital, nas áreas estratégicas para a região ou, em alternativa adicionar essa função ao objeto do(s) Parque(s) de Ciência e Tecnologia, considerando o seu papel enquanto instrumento(s) para o desenvolvimento tecnológico do tecido empresarial açoriano e de interface entre Governo, Academia, Setor Empresarial e Sociedade Civil;

- Criar um Observatório para a Economia Digital, articulado com os demais existentes, cuja função seria num primeiro momento identificar com detalhe, através de uma abordagem *bottom up*, as forças e constrangimentos digitais do todo organizacional açoriano e num segundo momento a monitorização dinâmica da digitalização da economia regional;

- Reforçar medidas existentes para maximizar a literacia digital dos cidadãos açorianos.
Pelo seu papel nas estratégias futuras, a Administração Pública deve liderar pelo exemplo e por isso deverá:

- Aumentar ou melhorar a eficiência dos serviços através do *e-government*;
- Alargar o teletrabalho e a utilização de ambientes virtuais de trabalho a mais trabalhadores;
- Recrutar profissionais com competências digitais/pessoais apropriadas e/ou reconverter ativos humanos, através da formação profissional, desenvolvimento pessoal e/ou *reverse coaching*.

Para além destas medidas, a **Administração Pública** deverá caminhar no sentido da desmaterialização, desburocratização, transparência e adaptação às necessidades dos cidadãos que governa. Neste sentido, a realização destas três medidas será um impulso extremamente significativo para atingirmos estes objetivos.

1. Criar uma Central de compras digitais – contributo do orçamento regional para a modernização da Administração Pública e para a geração de conhecimento e emprego nos Açores;

2. Dados abertos – open gov. é uma atitude fundamental para fomentar a transparência e o desenvolvimento aplicacional. “Os organismos do sector público devem disponibilizar os seus documentos em qualquer formato ou linguagem em que já existam e, se possível e adequado, num formato aberto e legível por máquina e com os respetivos metadados. Tanto o formato como os metadados deverão, na medida do possível, respeitar normas formais abertas”.

3. Promover o desenvolvimento de aplicações – novo paradigma para o mercado interno – por exemplo o apoio à atividade económica potenciando as cadeias de abastecimento locais (ex. melhor conhecimento das necessidades de hortícolas por ilha).





Roteiro da Coesão dos Açores para a década

A Coesão Económica é um tema fundamental para o desenvolvimento dos Açores. Sendo certo que pensar a Coesão Económica é pensar o desenvolvimento sustentável do território a longo prazo. Qualquer território tem sempre aspetos diferenciais, alguns prejudiciais, como é o caso da pobreza, por exemplo, e que têm que ser combatidos, mas também, outros que constituem aspetos diferenciais benéficos. São disso exemplo uma natureza singular ou a cultura, etnografia, que são aspetos e diferenças positivas, que devem ser potenciadas.

De todas as escolas de pensamento da Coesão Económica, emerge uma pergunta que é transversal: “De que modo é que a coesão económica pode ser colocada ao serviço do desenvolvimento sustentável?”

O Livro Verde da Coesão Económica da União Europeia enquadra adequadamente esta questão. Para a UE a Coesão Económica é um instrumento para neutralizar os aspetos diferenciais prejudiciais e é também um instrumento para capitalizar os aspetos diferenciais positivos. Para atingir de forma mais eficaz esse objetivo da Coesão Económica o caminho é, naturalmente, por via do desenvolvimento de um modelo económico robusto.

Esta é a ferramenta mais poderosa para desenvolver uma economia mais agregada. Onde as políticas económicas e de coesão são vetores importantes, sendo o substrato das políticas sociais e de solidariedade.

No caso dos Açores, as dispersões geográfica e demográfica constituem o primeiro grande desafio relativamente à coesão territorial e económica. Quando falamos em dispersão geográfica nos Açores, obviamente, temos que atender à questão da sua formação geográfica.

Os Açores têm 615km de dispersão geográfica. A título de exemplo, refira-se que a Madeira dista das Canárias 600km. Ou seja, o território dos Açores ocupa mais espaço do que a distância entre a Madeira e as Canárias.

No Continente, a distância entre a ponta de Sagres à zona de Bragança (em diagonal) é de 590km. Portanto, são menos distantes do que os Açores e trata-se de território contíguo. Os Açores são a Região mais dispersa do nosso país comparando, por exemplo, os Açores novamente com as Canárias que de uma ponta à outra, da ilha mais distante à outra, são 490km.

Ora, esta dispersão arquipelágica potencia, naturalmente, a barreira que é o Mar, o isolamento. Mas também alguns fenómenos sociais como a emigração, que acabaram por ter impacto relativamente à demografia.

Acresce que os Açores são significativamente diferentes, em várias dimensões, em relação a cada ilha. Saliente-se que em termos numéricos, os Açores são 9 ilhas, 19 concelhos, 155 freguesias. Quatro concelhos dos Açores agrupam 65% da população. Ou seja, 2 em cada 3 Açorianos vivem em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Ribeira Grande ou Praia da Vitória. E se pensarmos ao nível das freguesias, a população média das freguesias nos Açores são 1.500 habitantes, a nível nacional são 3.500.

É dado assente para o movimento que apenas se consegue dar uma resposta acerca da coesão nos Açores por via do conhecimento das especificidades e potencialidades de cada uma das ilhas, principalmente em termos económicos e sociais. Só assim se consegue trabalhar em conjunto e de uma forma verdadeiramente coesa, tendo em vista um desenvolvimento económico e social que seja equilibrado e equitativo em toda a Região.

Mesmo assim, e ainda que sem definir de forma exaustiva a especialização eficiente de cada ilha, sempre se dirá que há diferentes níveis de desenvolvimento, geradores de necessidades também elas diferenciadas. Pelo que o modelo de coesão para a Região não deve ser único.

Defende-se a criação de clusters por referência das necessidades de coesão e em função do tipo de desafio que as ilhas enfrentam. Tendo em conta, desde logo, a demografia, o emprego, mormente o qualificado, e a criação de bens transacionáveis. Trata-se de uma resposta firme e efetiva à necessidade de políticas e medidas concretas para convergir com o todo Regional, Nacional e Europeu.

Assim, teríamos o *cluster* constituído pelas ilhas sob maior pressão demográfica: Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria; e o *cluster* do triângulo, que deve ser cada vez mais encarado como constituído por territórios complementares; e o *cluster* da Terceira e São Miguel como ilhas com maiores desafios ao nível da coesão interna, detentores dos maiores focos de pobreza.

A criação destes clusters permitiria o desenvolvimento de políticas específicas de resposta aos desafios concretos de cada um daqueles grupos de ilha assim como uma melhor aferição dos resultados da sua implementação. No que concerne a esse modelo, há uma segunda derivada que deve ser adotada em benefício de um modelo económico mais robusto, que consiste em aportar esses desígnios à realidade e à especificidade ilha e às que são comuns aos grupos de ilhas. Porque cada ilha, ou grupo de ilhas, tem especificidades e vocações diferentes. E podem empreender em áreas diferentes.

Em economia há poucos consensos. Mas um consenso que é relativamente transversal é que a especialização é a base da competitividade. Portanto, os Açores terão a ganhar se, adicionalmente a um plano que já existe de especialização da Região, houver também um plano de especialização dentro da Região por ilhas ou grupos de ilhas, capitalizando as vocações de cada uma.

A especialização por ilha ou grupos de ilhas não significa preterir determinadas ilhas em favor de outras. O modelo mais eficaz de construção da coesão económica a longo prazo é, precisamente, tornar os modelos económicos cada ilha, de acordo com as suas especificidades, mais robustos.

Em conclusão, a coesão económica não é um elemento separado de todos os outros elementos da sociedade. Do mesmo modo, a economia e a coesão social não são dois mundos antagónicos e é preciso dizê-lo com clareza e sem ambiguidades. A pedra sobre a qual se constroem as políticas sociais é o modelo económico robusto e, particularmente, o emprego. E a pedra sobre a qual se constroem mais e melhores empregos é o modelo económico real.

Como já foi referido, os modelos económicos que se baseiam em desígnios de longo prazo e que são adaptados relativamente à realidade específica de cada circunscrição do território são modelos que favorecem o desenvolvimento – e o desenvolvimento em sentido amplo – do território, de forma sustentada e plena.

Defende-se, portanto, um contrato social renovado, em que cada uma das partes empreende a sua ação de forma a ir ao encontro do desígnio comum consensualizado. Assim, ao poder político autónomo cabe a tarefa de proporcionar o ambiente institucional e social propício; às empresas cabe a tarefa de promover o investimento a inovação e o emprego e aos cidadãos a promoção de um aspeto determinante, que é criar um vínculo e um sentimento de pertença em relação a um projeto que é de todos, um projeto de comunidade.

Para a operacionalização destes clusters defende-se a criação do “Roteiro da Coesão dos Açores para a década”, um roteiro onde se determinam políticas e objetivos a 10 anos, sinalizando pontos de passagem obrigatória.

Começando por criar um modelo de análise da coesão dos Açores, (um sistema de mapeamento sistemático), a desenvolver com base em indicadores económicos, sociais, e demográficos, devendo este

modelo comportar a coesão regional, mas também a coesão económica e social de cada ilha.

Este roteiro deverá também contribuir para a complementaridade entre ilhas, intensificando a aposta no mercado interno regional, tirando partido das mais recentes tendências de consumo, do novo paradigma das cadeias de abastecimento curtas, e das tecnologias de informação disponíveis e facilmente utilizáveis para gerar fluxos de informação que promovam as trocas comerciais e os negócios entre empresas açorianas.

O roteiro para a coesão dos Açores deverá também lançar a reflexão sobre o modelo de organização administrativa da região para a década seguinte, sem em peias em debater a própria organização territorial, desde a base até ao topo, um dos temas que deve merecer reflexão é o facto da população média das freguesias nos Açores ser de 1.500 habitantes quando a nível nacional é de 3.500 habitantes.

Propostas:

- Um contrato social renovado, em que cada uma das partes empreende a sua ação de forma a ir ao encontro do desígnio comum consensualizado
- Constituição de Clusters por ilhas agregando as sob maior pressão demográfica: Corvo, Flores, Graciosa e Santa Maria; e o cluster do triângulo, que deve ser cada vez mais encarado como constituído por territórios complementares; e o cluster da Terceira e São Miguel como ilhas com maiores desafios ao nível da coesão interna, detentores dos maiores focos de pobreza.
- Criar um modelo de análise da coesão dos Açores, (um sistema de mapeamento sistemático), a desenvolver com base em indicadores económicos, sociais, e demográficos.

Marketplaces por produções locais

A crescente competitividade nos mercados conduz as empresas a maiores níveis de colaboração, incluindo nesta realidade as PMEs. Esta colaboração tem como principal objetivo chegar o mais rápido possível aos mercados e, ainda, oferecer produtos customizados, rentabilizar recursos, reduzir custos de produção, aumentar a capacidade produtiva e reduzir o tempo de resposta às necessidades dos clientes.

O esforço de criar e desenvolver redes de cooperação para a inovação e valorização dos recursos endógenos de cada parcela de território, procurando aproveitar os recursos, os ativos e as dinâmicas de modo a criar projetos inovadores exige a organização dos *stakeholders* envolvidos por forma a atingir tais resultados.

Esta interação entre diferentes agentes deverá ser materializada através de uma plataforma de colaboração, redes sociais empresariais, a sua intranet e a Internet no geral. Neste contexto, a criação de redes colaborativas surge como uma forma de promover sinergias entre as empresas e instituições, permitindo às PMEs e associações de setor segurar oportunidades de outra forma inatingíveis, através da partilha de competências, capacidades, recursos, riscos, entre outros. Assim, os *clusters* assumem grande notoriedade no estudo da dinâmica de competitividade das empresas e dos territórios.

Através da criação de clusters, qualquer setor de atividade vê simplificado o desenvolvimento de competências especializadas. Em resultado, competências como inovação, conhecimento, oportunidades de cooperação e infraestruturas partilhadas criam as condições para o surgimento de serviços de apoio ao setor.

A inovação depende dos fluxos de interações e de conhecimento entre empresas, organizações e instituições públicas. Deste modo, os clusters afiguram-se como um pilar primordial no fomento destas interações, estimulando a partilha de conhecimento e a promoção da denominada inovação colaborativa. Esta contiguidade entre empresas do mesmo setor

propicia vantagens para a transferência e difusão do conhecimento, consolidação das redes de negócio (*Business Communities*) e economias de aglomeração.

O desenvolvimento de clusters e a adequação de respostas por parte do mercado são, em si mesmas, resultado de um contexto macroeconómico desinquieto que, por um lado, cria constrangimentos à atuação das empresas e, por outro, oferece oportunidades de desenvolvimento e crescimento. Estas oportunidades são proporcionadas pela Investigação e Desenvolvimento, pela Inovação e pelo Empreendedorismo.

Em 2014, a RAA deu início ao processo de definição da Estratégia de Especialização Inteligente, denominada RIS3 Açores, selecionando as prioridades que permitiriam à Região focar os seus investimentos num conjunto limitado de opções, tendo em atenção as vantagens competitivas endógenas e a especialização internacional.

A identificação das prioridades regionais partiu de uma definição preliminar de áreas temáticas abrangentes, cuja seleção foi suportada em aspetos como os ativos existentes, as prioridades políticas regionais e o potencial abrangente destes setores ao nível do desenvolvimento económico e da geração de emprego na Região Autónoma dos Açores. Nesta senda, foram identificados como *clusters* para os Açores: **(1) Agricultura, Pecuária e Agroindústria, (2) Pescas e Mar e (3) Turismo.**

Propostas:

- Criação de 3 *clusters* para os Açores: Agricultura, Pecuária e Agroindústria, Pescas e Mar e Turismo;
- Promover economias de aglomeração nomeadamente, pelo trabalho em rede entre os agentes envolvidos, empresas, instituições de ensino e do sistema científico e tecnológico;
- Valorizar a difusão do conhecimento e promoção da partilha de competências;
- Criar oportunidades de aprendizagem face às várias interações, fazendo das Redes Colaborativas um aliado para as empresas nos processos de concretização dos seus objetivos, no robustecimento da sua competitividade e na possibilidade de prosperar num mercado competitivo;
- Orientar as redes de cooperação para a inovação e valorização dos recursos endógenos de cada parcela de território, procurando aproveitar os recursos, os ativos e as dinâmicas de modo a criar projetos inovadores;
- Criar e implementar programas de financiamento combinados com investimento privado;



Inovação

O Manual de Oslo (2018) sustenta o conceito de inovação em três pilares: **(1) Conhecimento, (2) Novidade e (3) Utilidade**. Decorrente destas premissas, a inovação é definida como a “introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado, no que se refere às suas características ou usos previstos, ou ainda, à implementação de métodos ou processos de produção, distribuição, *marketing* ou organizacionais novos ou significativamente melhorados”.

Estes resultados exigem a capacidade de conjecturar o que ainda não existe, “procurar” e aplicar a novidade e contestar, ou ao menos questionar, o que já existe. As empresas que diligenciam para alcançar a inovação mais não procuram do que proporcionar aos seus clientes novos produtos/serviços, novas experiências, novos processos ou práticas organizacionais.

A aposta na inovação deixou de ser uma possível escolha para passar a ser um “quase imperativo”. Tal facto deve-se à exigência por parte dos clientes assim como à sede em obter, viver, experimentar o que ainda não existe. Esta procura e valorização crescente por produtos diferenciados coloca uma pressão enorme nas empresas e nas suas equipas. É nesta perspetiva que a inovação organizacional assume um lugar de relevo no processo de modernização das empresas e na promoção do intraempreendedorismo.

Desta forma, o capital intelectual confirma-se como a base elementar ao desenvolvimento de qualquer organização, sendo para tal fundamental a criação e/ou participação em redes de conhecimento e inovação. A necessidade constante de fomentar a capacitação e atualização de competências das equipas justificam a importância destas redes.



Políticas públicas de investigação

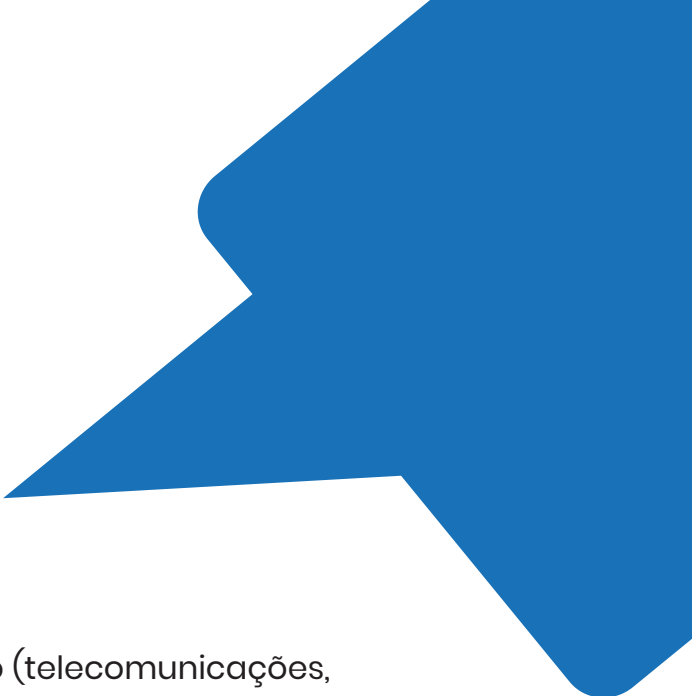
- Fortalecer as ligações entre a investigação e o setor empresarial através de incentivos para os investigadores cooperarem com a indústria (contratos *versus* bolsas para investigadores);
- Criar incentivos à realização de candidaturas a financiamento para projetos de inovação tecnológica, organizacional e social.

Políticas de acesso aberto a dados / investigação

- Promover a ciência aberta, através da partilha de dados, a cooperação entre os investigadores e a capacitação relativa às políticas de propriedade intelectual.

Políticas regionais de inovação

- Fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo da região através de um maior entrosamento dos seus atores e de uma maior estruturação das suas atribuições, potenciando sinergias e alavancando os resultados de projetos inovadores;
- Criar redes de inovação direcionadas para as PME (com o objetivo de aceder mais facilmente a conhecimentos, novas tecnologias e novos modelos de negócios);
- Criar incentivos para atrair e reter talentos e investimentos para superar as restrições da economia local e regional;
- Criar um organismo com competências no acompanhamento, monitorização e avaliação das redes colaborativas e dos *clusters*, no que concerne à atividade desenvolvida e ao grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos: foco estratégico, desenvolvimento de projetos estruturantes, desenvolvimento de projetos de Investigação e Desenvolvimento e Inovação, e dinamização entre os diversos atores (o sistema educativo e o sistema científico e tecnológico, os diversos atores do sector empresarial - associações e empresas).



Políticas *Going Digital*

- Investir em infraestruturas de inovação (telecomunicações, energia, outros);
- Desenvolver e adotar tecnologias digitais (financiamento de projetos de reestruturação industrial);
- Promover a transformação digital das organizações, especialmente das PME;
- Criar plataformas capazes de sustentar as redes de ligações entre entidades (clientes, fornecedores, fabricantes, prestadores de serviços) interligadas por via de relações de colaboração com direção vertical, horizontal e possíveis combinações das mesmas, entre as quais circulam elementos materiais (produtos) e imateriais (informação, dados, conhecimento) de acordo com regras que, para não porem em causa a subsistência das relações, devem estar pré-estabelecidas entre as partes;
- Criar plataformas B2B capazes de contribuir para a divulgação e escoamento de produtos locais, fomentando as relações de proximidade entre produtores e estimulando os circuitos curtos de comercialização com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Impulsionar o surgimento de novos modelos de negócios e aumentar a presença das empresas na Internet.



Governança e transparência

O conceito de Governança (ou governança) pode ser definido como o conjunto de “regras, processos e comportamentos segundo os quais são articulados os interesses, geridos os recursos e exercido o poder na sociedade”, com destaque para o “modo como são desempenhadas as funções públicas, geridos os recursos públicos e exercidos os poderes públicos”.

Trata-se, pois, de uma noção de grande importância para a reflexão do “**Movimento Açores Primeiro | Todos Contam**” e que visa analisar os aspetos essenciais do funcionamento e organização da sociedade açoriana, como o seu desempenho ao nível da participação política.

Por isso, quando foi proposto refletir sobre “governança”, visou-se a estruturação político-institucional da nossa Região Autónoma, designadamente o modelo, as competências e relacionamento entre os órgãos e serviços de governo próprio e, de igual modo, com outros níveis de poder, assim como a sua dinâmica de funcionamento, a saber, os próprios processos de governar, como a dinâmica e os procedimentos de tomada de decisão política.

Por outro lado, com a expressão “Transparência”, pretendeu-se abordar, de um modo muito premente, o interesse e informação que cada um de nós tem – ou poderá ter – relativamente aos processos de decisão política e ao funcionamento das instituições. A transparência, no que aqui nos interessa, liga-se a dimensões tão importantes como o acesso, por parte dos cidadãos, a informação sobre a administração e, de igual modo, à garantia de que esta informação seja verdadeira e não adulterada ou, ainda, que seja integral e abrangente, e não parcial ou incompleta.

No âmbito dos contributos recebidos, assumiu relevo o trabalho da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA) da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), que proporcionou um valioso ponto de partida para considerável parte das discussões do Movimento, embora não a limitando ou condicionando.

Neste contexto, a História ensina-nos que tudo aquilo que os Açores e os açorianos souberam e conseguiram construir foi resultado do sacrifício, luta e da dedicação de muitos, desde logo, a livre administração destas ilhas e do seu mar por aqueles que aqui vivem. Os Açores são, hoje, aquilo que tanto, antes de nós, se empenharam ativamente em construir. E os Açores de amanhã, os Açores de 2030, serão – sempre e apenas – aquilo que conseguirmos, como sociedade, como um todo, fazer. Ou, então, sermos aquilo que, por passividade, negligência ou imperícia, deixarmos que outros o façam por nós. Não é isso que queremos e não vamos deixar o futuro em mãos alheias.

Ora, quando falamos em participação política, no modo como manifestamos ou não as nossas posições, como escolhemos os nossos representantes políticos, que em órgãos deliberativos e legislativos, quer nos executivos, há uma questão que é transversal, que nos toca a todos, que é a da abstenção, ou seja, o elevadíssimo nível de



abstenção que temos nos Açores e que tem vindo gradualmente a aumentar nos vários atos eleitorais.

É evidente que os açorianos não estão imunes às causas generalizadas e transversais aos países e regiões da Europa do aumento da abstenção, consequência de uma certa desacreditação da atividade política e afastamento dos cidadãos.

Mas os Açorianos e as instituições políticas açorianas, conscientes que estão da necessidade de responder aos desafios da participação política da sociedade, têm encetado algumas medidas que visam responder a esta realidade.

Desde logo, a criação da Comissão Eventual para a Reforma da Autonomia (CEVERA), cujas vicissitudes dos tempos que correm impossibilitaram a apresentação de propostas concretas, e, ao nível do diagnóstico e análise das causas deste afastamento, o estudo encomendado pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA) à Universidade dos Açores (UAc), que traz dados científicos sobre a abstenção nos Açores que importam doravante ter em conta.

Comecemos, então, abordando a dinâmica de funcionamento da nossa Autonomia perspetivada na ótica da participação política, aqui entendida como a capacidade dos cidadãos em expressar opiniões e de contribuir ativamente para as questões e interesses coletivos e para a tomada de decisões públicas, em especial, daquelas que afetam aspetos fundamentais da vida em sociedade.

Teremos em conta, primeiro, a participação eleitoral, em particular, dos Açorianos, mas também a participação política, em geral, como o envolvimento em atividades partidárias e políticas e, ainda, a participação social, na perspetiva de ligação e ação em instituições e atividades de interesse geral da sociedade.

Um dos indicadores mais importantes a ter em conta é, assim, o interesse que os açorianos têm pela política. O estudo elaborado pela UAç constata que os homens têm mais interesse pela política do que as mulheres. E de uma forma consolidada, embora a maioria das pessoas responda que “têm pouco ou nenhum interesse”. Em relação à idade “o muito e algum interesse” é sempre menor que o “pouco ou nenhum”. Sendo que também não é verdade que os jovens sejam dos mais desinteressados. Na verdade, os jovens dos 18 aos 34 anos são mais interessados do que os cidadãos dos 35 aos 49 anos. Portanto, não é completamente verdade que a juventude se abstenha. Mas há uma tendência de crescimento, o interesse político aumenta com a idade.

O interesse político por níveis de escolaridade mantém a tendência para serem mais aquelas pessoas que têm “pouco ou nenhum interesse” do que as que têm “muito ou algum”. Saliente-se, porém, que as pessoas que têm qualificações ao nível do ensino superior e pós-graduado constituem o único setor em que o “muito e algum interesse” ultrapassa (ainda que em 10%) o “pouco ou nenhum interesse”.

Essa é, portanto, uma das conclusões do estudo: à medida que as pessoas têm mais escolaridade, verifica-se o aumento do interesse e da participação. Quando as pessoas têm menos escolaridade, a tendência é encontrar menos participação e menos interesse.

Perante um outro indicador em que se perguntava, em alturas de eleição, se o interes-



se político aumentava, não aumentava, nem diminuía ou diminuía e se diminuía muito. As respostas são praticamente iguais para aqueles que têm o primeiro ciclo. Pelo que podemos concluir que “não é nem o sexo, nem a idade que faz a maior distinção entre as pessoas em Portugal. Aliás, há muitos estudos em Portugal que comprovam isto. Não é só isto. Não podemos reduzir tudo a uma forma de explicação. Nunca há só uma dimensão de explicação. As coisas são muito mais complexas do que isso. Mas o que causa grandes desigualdades na sociedade portuguesa e não só, mas sobretudo em Portugal, e em diferentes estudos feitos para diversos âmbitos, seja política, desigualdades sociais, economia, etc., é de facto a escolaridade”.

Ou seja, nesta análise, a escolaridade está sempre presente como vetor essencial e determinante: quanto mais escolaridade, mais inclusão, mais participação, mais conhecimento e mais interesse.

Assim, temos, por um lado, um grupo que são aqueles que votam sempre, que têm muito interesse político e que são, sobretudo, os homens e os homens com ensino superior. As mulheres com ensino superior aproximam-se claramente do comportamento dos homens. Todos sabem quem é o Presidente do Governo, o Presidente da República, sabem a agenda política e até têm outras opiniões. E depois há grupos que identificam menos. Têm menos interesse, menos participação. São, sobretudo, grupos femininos. Mas também alguns homens. Logo a começar por estes, os mais velhos. Sabemos que as mulheres vivem mais anos do que os homens. Portanto, têm que constituir um grupo maioritariamente feminino. São as pessoas que foram socializadas depois do 25 de abril, que votaram nas primeiras eleições, que se habituaram a votar e que foram sempre votando e foram sempre mantendo este comportamento: votam umas vezes, não votam noutras. Os outros dois grupos que são maioritariamente femininos, um com um conjunto de mulheres entre os 50 e os 64 anos e o outro constituído por mulheres mais novas.

Ora, tudo isto significa que há espaço para fazer crescer a participação eleitoral. Da mesma forma que percebemos que é possível reduzir a abstenção técnica, também é possível fazer um esforço no sentido de recuperar algumas destas pessoas para o exercício do seu direito de voto.

O Presidente do Governo Regional dos Açores, em 2015, no seu discurso no Dia da Região, na ilha das Flores, lançou o debate na perspetiva de reformulação e aperfeiçoamento da nossa autonomia, que é unanimemente considerado como necessário, de modo a garantir, sempre, os melhores resultados da Governação dos Açores pelos Açorianos.

Assim, certo é que, passados mais de 40 anos de Autonomia constitucional é preciso refletirmos sobre este edifício que construímos ao longo dos tempos, de modo a podermos ter um modelo atualizado, renovado e revigorado de governação, ao aproximarmo-nos do meio século de vigência.

O quadro institucional evoluiu por via de várias revisões constitucionais e de revisões do estatuto político administrativo, mas há, claro está, espaço para melhoramentos, nomeadamente no reforço do envolvimento dos Açorianos com a política. Os contributos e participações do Movimento assim o demonstram claramente.



O movimento, fruto da conferência e dos contributos que recebeu, entende deixar nota da necessidade de criar mecanismos que aproximem o eleito do eleitor, sendo certo que parte deste trabalho poderá passar pela abertura dos partidos políticos, por exemplo, através da realização de primárias para a escolha os seus candidatos a cargos eletivos.

Outras dimensões trazidas ao debate e que constam dos contributos, referenciadas num sentido positivo e como possível contributo para esta reaproximação da Autonomia aos cidadãos em geral, são o voto preferencial ou listas abertas, a criação de partidos políticos regionais, a possibilidade de candidaturas através de listas de cidadãos independentes, o voto obrigatório e o voto eletrónico.

Além destas, também a redução do número de deputados na ALRAA, a paridade absoluta de género nas listas de deputados, o direito de iniciativa legislativa dos cidadãos e a criação de um círculo eleitoral para o Parlamento Europeu foram abordados. No âmbito da arquitetura institucional e dos poderes da Região, foi manifestada uma opinião transversal relativamente à necessidade de assegurar a participação efetiva e com poderes de decisão na gestão do mar, regra geral assente numa perspetiva de aproveitamento sustentável dos recursos disponíveis e, acima de tudo, para garantia da salvaguarda de questões ambientais.

Também os temas lançados, mais recentemente, no Dia da Região de 2019, em São Jorge, pelo Presidente Vasco Cordeiro, foram motivo de debate e interesse, nomeadamente, como alternativa à obrigatoriedade do voto, a via da valorização dos cidadãos que tenham um histórico de participação eleitoral ou que sejam comprometidos com a vivência política da sua comunidade, embora com dificuldades práticas na concretização do princípio.

A pandemia e situação vivenciada em toda a Europa e nos Açores, de modo particular, atendendo às nossas contingências arquipelágicas, acabou por levar a uma dimensão interessante das opiniões no sentido da extinção da figura do Representante da República. Com efeito, as competências definidas na lei para a execução do estado de emergência foram percecionadas como desenquadradas da atual configuração dos poderes constitucionais do Representante da República e, principalmente, indutoras de complexidade dos processos de decisão e de articulação entre os órgãos de poder regional e nacional, nomeadamente, entre os governos dos Açores e da República.

Também as discussões e decisões relativas a várias medidas tomadas, quer ao nível regional como nacional, no âmbito do combate à pandemia e, em especial, no que diz respeito às restrições das ligações aéreas e à liberdade de circulação (confinamentos) por razões de saúde pública, levaram à reflexão sobre esta dimensão da governação autonómica e a propostas no sentido da necessidade de reforço dos poderes das Regiões no que diz respeito a situações contingência e calamidade.

Finalmente, uma referência à importante participação dos mais jovens nesta temática e ao contributo daqueles que já nasceram em plena autonomia e, mesmo depois da entrada de Portugal na Comunidade Europeia, mas também e de um modo muito



particular, daqueles que irão votar pela primeira vez no próximo ato eleitoral, de outubro de 2020.

Pela expressividade e interesse destes contributos e, de igual modo, pela visão renovada que trazem e responsabilidades que assumirão no futuro da nossa região, devemos salientar tendências como a manifestação de que os jovens não estão desinteressados pela política, mas, de algum modo, sentem-se afastados da forma e mecanismos tradicionais ou convencionais de fazer política.

A necessidade de maior proximidade dos jovens com a política manifesta-se, pois, com ainda maior acuidade, assim como a pertinência de propostas no sentido da existência de listas abertas e listas de cidadãos às eleições para a ALRAA, a iniciativa legislativa de cidadãos, o reforço de dos orçamentos participativos e da possibilidade de voto em mobilidade.

Transversal, para uma geração que nasceu e vive em contexto plenamente digital e em rede, é o reforço de formas de participação eletrónica na política, seja ao nível da manifestação de opiniões, lançamento de ideias e debate com deputados, com os quais se possam identificar e estabelecer uma relação de proximidade.

Assim, é importante a operacionalização de uma campanha de promoção cívica para divulgação da importância do voto e que incuta nos mais de nove mil jovens das nossas ilhas a consciência nítida da importância da sua participação aos vários níveis da vida democrática da sua região. Mas é, de igual modo, relevante e, mesmo, indispensável para que possa atingir os seus objetivos, que esta campanha faça uso de tecnologias de informação e de comunicação inovadoras.

Já quanto à transparência, grande parte desta realidade está ligada ao acesso à informação e ao modo como podemos ter iniciativa, seguir o processo e influenciar a ação política.

Apreciação positiva, teve, neste contexto, a iniciativa do Governo dos Açores de disponibilização online das propostas de decretos, legislativos e regulamentares, por um período de 30 dias antes do seu agendamento para Conselho de Governo, e com a possibilidade de pronúncia, pela mesma via, por parte de quem assim o desejar.

Do mesmo modo, os orçamentos participativos a nível regional colheram, também, forte adesão e satisfação, bem como a opinião de merecer a iniciativa o aprofundamento, tanto do ponto de vista orçamental, como de áreas abrangidas.

Por outro lado, a intensificação dos mecanismos de transparência na relação dos cidadãos com a Administração Pública continua a ser uma necessidade.

Neste contexto, a autonomia dos Açores tem consagrado mecanismos importantes e diferenciadores de outros espaços regionais, como a denominadas “visitas estatutárias”, que potenciam a proximidade e o sentimento de participação. Neste âmbito, deve ser visado o aprofundamento deste modelo de proximidade com as populações, nomeadamente, fazendo uso das novas tecnologias de comunicação. Por exemplo, poderá prever-se a possibilidade de participação dos cidadãos nas reuniões do Con-



selho de Ilha com o Governo Regional por plataforma vídeo/áudio de Internet, bem como no período em que os membros do Governo estão disponíveis para atendimento à população, que poderá ocorrer, de igual modo, a partir de plataformas online.

Dos contributos recebidos, importa evidenciar a opinião de que o acesso a cargos técnicos intermédios e de topo se deve alicerçar em critérios de mérito e que estes sejam exercidos por períodos máximos previamente determinados.

Com efeito, toda a formulação e as regras que têm vindo a ser implementadas na Administração Pública, em termos políticos, vão no sentido de se abrirem os procedimentos ao público, de haver mais acesso à informação e com isso uma maior transparência. Parece, aliás, ser esse o caminho a prosseguir.

Assim, os novos tempos convocam o poder público a desenvolver políticas que reforcem a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. A Administração Pública, pelo papel que desempenha, tem um contributo decisivo para o prestígio das instituições regionais e, neste contexto, o Sector Público Empresarial (SPER) deve trilhar, de igual modo, o caminho do reforço da gestão democrática, aberta e transparente, pois é também por esta via que se constrói e, acima de tudo, se reforçam os vínculos de confiança entre os cidadãos e as instituições.

Deste modo, o processo de recrutamento e seleção dos quadros dirigentes para a Administração Pública Regional e para as empresas do Sector Público Empresarial Regional (SPER) foi considerado como uma tarefa da maior importância que deve agora merecer uma atenção especial.

A seleção dos dirigentes para a Administração Pública e para a gestão das empresas do SPER são uma matéria de grande sensibilidade e potencialmente geradora de desconfiança pública. Muitas vezes, os cidadãos entendem que estas escolhas resultam de outros fatores que não o mérito e/ou a adequação dos currículos às funções que serão desempenhadas. Assim, no sentido de reforçar a confiança dos açorianos na autonomia, o movimento defende que sejam dados passos firmes rumo a um maior escrutínio da atividade política e administrativa e que esta deve fazer sentir-se, desde logo, nos processos de seleção e recrutamento para a Administração Pública e para as empresas do SPER.

Importa, assim, que estes processos vejam reforçados os seus princípios de transparência e abertura de forma a que os cidadãos sintam que a isenção, o rigor e a independência, tão necessários à promoção do bom governo e da meritocracia.

Propõe-se a criação de uma entidade independente que terá a seu cargo o Recrutamento e Seleção de recursos humanos para Administração Pública dos Açores, que tomará parte ativa na elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direção superior da Administração Pública e do SPER. Entende-se, para estes efeitos que os quadros superiores da Administração Pública dos Açores têm como base o Chefe de Divisão e limite superior o Diretor de Serviços e Presidente do Conselho de Administração de Empresa do SPER, respetivamente.



Finalmente, uma referência ao combate à corrupção, perspectivada como uma dimensão essencial à confiança nas instituições e na Autonomia. É transversal a todos os níveis e a todos os estados o sentimento de desconfiança crescente dos cidadãos face à política e aos políticos, situação que obriga a uma reflexão cuidada e medidas preventivas concretas que não devem ser alheias à Autonomia.

O Movimento, fruto das opiniões trazidas ao longo dos meses, entende que a prevenção da corrupção deve ser encarada como uma prioridade para os órgãos da Autonomia e que se consegue, em primeira linha, com um reforço da transparência da governação, do acesso à informação pelos cidadãos e pela participação destes dos processos, bem como campanhas de sensibilização.

Como em qualquer dimensão da atividade humana, haverá, primeiro, que conhecer a situação, para melhor agir e, como tal, propõe-se a elaboração de um estudo que produza informação sobre a corrupção e a perceção deste fenómeno nos Açores.

Propõe-se, de igual modo, a criação de uma estrutura independente no âmbito da prevenção de riscos, com competência de acompanhamento da implementação, a nível regional, de medidas e legislação aplicáveis, elaboração de propostas e recomendações a entidades públicas e privadas, bem como para receber denúncias, encaminhando-as às entidades competentes para a sua averiguação e investigação, para além de poder solicitar informações e a elaboração dos estudos tipos por necessários à prossecução do seu fim.

Em suma, o tema “Governança e Transparência” do Movimento Açores Primeiro | Todos Contam surge, naturalmente, enquadrado pelo objetivo geral de promover e incentivar um pensamento livre sobre o que querem os Açorianos da sua Região dentro de uma década.

Os resultados que aqui se apresentam não podem, assim, ser separados de uma reflexão alargada e multidisciplinar que foi levada a cabo sobre o que gostaríamos que de melhor se realizasse no nosso arquipélago – às pessoas que aqui vivem, às nossas ilhas e ao nosso mar – nos próximos dez anos e, não menos importante, sobre que caminhos a trilhar rumo ao futuro que ambicionamos para os Açores.

Neste pressuposto, a área da “Governança e Transparência” do Movimento Açores Primeiro | Todos Contam tem por objeto, em primeira linha, refletir sobre a ação de governar e os procedimentos de interação entre os cidadãos, os responsáveis políticos e a própria decisão política na Região. Nesse sentido, assume-se, em si mesmo, como um pilar transversal aos demais temas deste fórum.

Na verdade, uma boa governação – nas nossas ilhas, como em qualquer outro território, e na nossa Região, como em qualquer outro nível de poder – é um fator indissociável e uma condição sine qua non do sucesso de políticas que proporcionem e valorizem a coesão económica, social e territorial, a qualidade de vida, em todas as idades e para todas as pessoas, o desenvolvimento sustentável, a inovação empresarial e a inclusão social ou, entre outras áreas, a cultura e a defesa do património, natural, edificado ou imaterial.



Pretendeu-se, em suma, trazer à discussão diversas dimensões da boa governação e da transparência, tendo por finalidade contribuir para uma ação política com princípios de abertura, participação, proximidade, comunicação, informação e responsabilidade na interação entre todos nós, cidadãos, e aqueles que nos representam, deliberam sobre a vontade coletiva e, ainda, decidem a melhor maneira de a executar, os políticos.

Propostas:

- Criação de uma agência de recrutamento para o sector empresarial regional;
- Instituir a limitação de mandatos como regra para todas as funções de nomeação, incluindo membros do Governo, dirigentes da Administração Pública, bem como de deputados, abrangendo todos os cargos de nomeação política, como Diretores Regionais, Delegados de Ilha e Administradores do sector empresarial regional, entre outros cargos de nomeação;
- Promover o acesso normalizado e regular dos cidadãos, por iniciativa da administração, a informação relativa ao custo do serviço público a que recorre ou beneficia (E-custo);
- Instituir a obrigatoriedade de ser disponibilizado de modo permanente informação sobre os custos das diversas obras públicas (escolas, estradas, portos, lares, etc.), incluindo as eventuais componentes de orçamentos da Região, dos Municípios, do Estado e da União Europeia, através de plataforma eletrónica e de adequada sinalética nos respetivos locais;
- Criação do Conselho Regional das Finanças Públicas, com funções consultivas e de avaliação independente sobre a conformidade, o cumprimento dos objetivos definidos e a sustentabilidade das finanças públicas regionais e locais, incluindo sectores públicos empresariais;
- Prever, no âmbito das visitas estatutárias, a possibilidade de participação online dos cidadãos nas reuniões do respetivo Conselho de Ilha com o Governo Regional por plataforma vídeo/áudio de Internet, estabelecendo a mesma possibilidade para o período em que os membros do Governo estão disponíveis para atendimento presencial à população;
- Criar uma estrutura independente no âmbito da prevenção de riscos de corrupção, cujos membros deverão ser nomeados pela ALRAA por maioria qualificada e com competência ao nível do acompanhamento da implementação, a nível regional, de medidas e legislação aplicáveis, elaboração de propostas e recomendações a entidades públicas e privadas, desenvolvimento de campanhas de prevenção e esclarecimento, bem como para receber denúncias, encaminhando-se às entidades competentes para a sua averiguação e investigação, para além de poder solicitar informações e a elaboração dos estudos tipos por necessários à prossecução do seu fim;



- Criação de plataformas online de participação eletrônica na política, especialmente direcionadas para os mais jovens, para manifestação de opiniões, lançamento de ideias e debate, incluindo a ligação com deputados e outros responsáveis políticos;
- Aprofundamento dos orçamentos participativos regionais, reforçando-se os valores de investimento afetos às ideias e às votações dos cidadãos e alargando-se as matérias abrangidas;
- Concretizar o processo de reforma da Autonomia, introduzindo os mecanismos adequados e necessária a garantir o reforço do interesse, meios e participação dos cidadãos, como o voto preferencial ou listas abertas, a criação de partidos políticos regionais, o direito de iniciativa legislativa dos cidadãos, a possibilidade de candidaturas à ALRAA através de listas de cidadãos independentes, com destaque ainda para o aprofundamento da possibilidade de voto em caso de mobilidade e do voto eletrónico.
- Garantir a extinção do cargo de Representante da República, assim como a clarificação e reforço dos poderes da Região no âmbito da Proteção Civil e, em especial, nas situações de contingência e calamidade;
- Implementação da plataforma online de acesso e interação com deputados à ALRAA, como forma inovadora de participação eletrónica na política, seja ao nível da manifestação de opiniões, lançamento de ideias e debate;
- Criação de uma plataforma online de interação entre os mais jovens, para promoção da participação eleitoral e envolvimento em matérias de interesse coletivo.



Desenvolvimento Sustentável



Uma sociedade responsável alicerça-se numa economia sustentável. Economia esta que assenta em três pilares: ecologia; societal e desenvolvimento económico. Assim, nos tempos que correm, desenvolvimento económico é sinónimo de desenvolvimento responsável.

Sendo que os objetivos de desenvolvimento sustentável estão claramente divididos em duas áreas: a componente do planeta e a componente das pessoas, assumindo as duas igual importância. Assim, quando abordamos os desafios-chave de uma sociedade, falámos da educação, da saúde, dos rendimentos equitativos, da ética, dando o mesmo grau de importância às mudanças climáticas, à poluição, à escassez da água e à escassez dos recursos.

A ONU definiu 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Na verdade, entre a ecologia e a sociedade tem que se encontrar uma forma do desenvolvimento que seja suportável ao nível das alterações climáticas. Tudo isto, claro está, tendo sempre em linha de conta a justiça e a equidade. Para que consigamos ter um desenvolvimento sustentável tem que haver também pensamento e, mais do que isso, uma mudança de pensamento. Sendo certo que o pensamento crítico não é por si só suficiente, temos que ter pensamento criativo, cuidadoso, valorativo, capaz de promover a empatia e, por conseguinte, de envolver a comunidade na prossecução dos seus objetivos.

O livro “*Our Common Future*” de 1987, que foi publicado como resultado do relatório das Nações Unidas realizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, chefiado pela ex-primeira ministra da Noruega, *Brundtland*, definiu desenvolvimento sustentável como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Naquele tempo preparava-se a Agenda 21.

Mais tarde, em 1994, numa abordagem da sustentabilidade ao nível das práticas empresarias e de mercado, a Academia de *Business and Society* identificou, por via de uma obra de John Elkington, conhecido como o criador do termo “tripé da sustentabilidade”, três fatores essenciais: Social, Ambiental e o Financeiro. Assim, segundo *Elkington* os objetivos no fim do exercício económico de uma empresa são três. Não é, portanto, apenas o lucro. É também a preservação ambiental e a promoção da qualidade de vida das pessoas.

Na Região Autónoma dos Açores, há um trabalho muito significativo realizado ao nível da sustentabilidade, mormente no pilar ambiental, consubstanciado por via da realização de inúmeras iniciativas. Entre estas cabe salientar, desde logo, a “Cartilha para a sustentabilidade dos Açores” um instrumento que conta com grande adesão e cujos resultados, estamos certos, se farão sentir ao longo dos próximos tempos.

No entanto, há ainda um conjunto de desafios muito significativos ao nível dos outros pilares, isto é, o social e o económico.



Na vertente social, além da necessidade de continuar a promover a qualificação dos Açorianos, que é, porventura, o maior desafio com que nos deparamos, uma vez que dele depende o aumento da produtividade que é o melhor caminho para o aumento do rendimento das famílias e das empresas, há também o desafio da perda de população que se vem fazendo sentir ao longo dos anos, especialmente nas chamadas ilhas mais pequenas.

O combate à desertificação é, por conseguinte, um dos desafios que deverá ser priorizado e alvo de políticas ousadas, porquanto a inversão da atual situação não será atingida se continuarmos a trabalhar como *“business as usual”*.

Outra das componentes fundamentais é a vertente económica. Os Açores, como todos sabemos, são constituídos por ilhas de pequena dimensão territorial e populacional, é certo que isso traz enormes vantagens competitivas em algumas áreas, mas também traz grandes desafios ao nível da falta de dimensão do mercado interno, isto é, é difícil criar economias de escala. Mas, mesmo aqui, há um caminho a fazer do ponto de vista da unificação destes 9 pequenos mercados, ainda mais nos tempos que correm em que parece surgir um novo paradigma quanto às cadeias de abastecimento longas, com tendência para serem encurtadas.

Acresce ainda uma questão que ficará em destaque nos próximos tempos: a especificidade regional quanto às necessidades de capital. É que a carência de capital é um dos principais fatores de falta de competitividade da economia açoriana.

Ao que tudo indica a nova configuração dos fundos comunitários, com especial enfoque no chamado “Instrumento de Recuperação e Resiliência” terá uma forte componente na transição digital e na transformação para a economia verde. Ora, estes objetivos carecem de capital e as empresas açorianas têm especificidades muito próprias a esse nível. Desde logo, nas necessidades e projetos que não são, muitas vezes, de dimensão elegível para os mecanismos de financiamento nacional.

Além de que é sempre difícil, moroso e muitas vezes inexequível ultrapassar estrangimentos burocráticos resultantes de configurações de apoios para realidades de dimensões assaz diferentes da nossa. Importa, por isso, criar mecanismos suportados no financiamento nacional e europeu que nos permitam gerir, adaptando à nossa realidade, as possibilidades de financiamento da nossa economia.

O esforço de sustentabilidade da nossa economia implica que as empresas açorianas procurem outros mercados. A especialização, que é conforme o já dito, um fator fundamental de competitividade, obriga a que as empresas açorianas que queiram crescer o possam fazer para fora dos Açores. A diversificação interna pode em larga medida contribuir para a perda de valor em alguns sectores, pelo que o mais natural, e ao contrário do que tem acontecido, é que as empresas uma vez adquirido o *Know How* nos Açores possam crescer no negócio que conhecem para outras geografias. Ora, este desígnio deve ser também um desígnio regional e acolhido pelo sector público como fundamental à valorização económica regional.



Instituição de Fomento Regional

Fundo de Capital de Risco – a sua principal missão será capitalizar e ajudar as empresas no seu processo de transformação. Este fundo destinar-se-á a empresas ágeis, com mais de um ano de operação, que por via da alteração dos hábitos de consumo e da súbita e expectável prolongada quebra na procura, deixaram de ter sustentabilidade. E que por esse motivo pretendem entrar em novas áreas de negócio de elevado potencial e rentabilidade.

Em termos de procedimento, a Sociedade de Capital de Risco adquire uma parte do capital social da empresa, contribuindo para que esta possa proceder aos investimentos necessários para realizar a sua reconversão. Simultaneamente, a Sociedade de Capital de Risco assegura suporte ao nível da gestão e técnico, fundamentais nestes processos. No momento da compra, poderão ser definidas as condições da recompra do capital, nomeadamente o direito de preferência.

Fundo *Mezzanine* – a sua principal missão é introduzir liquidez nas empresas que sejam mais conservadoras do ponto de vista da entrada no capital e apresentem elevada capacidade de crescimento ou de transformação, sem acompanhamento.

Este fundo destina-se a empresas com mais de um ano de operação, que por via da alteração dos hábitos de consumo têm a sua sustentabilidade ameaçada, que possuem grande flexibilidade e elevado potencial de crescimento, ou que pretendem entrar em novas áreas de atividade; com necessidades de financiamento para processos de fusões e aquisições, bem como para acelerar ou precipitar processos de transformação.

A operacionalização é feita com uma eventual pequena participação no capital social, e com empréstimo por via de suprimentos ou obrigações. É definido um valor fixo de pagamento mensal para liquidação do empréstimo, com uma rentabilidade acordada, podendo haver um prémio no final do período do empréstimo em função dos resultados obtidos. No caso de haver incumprimento, o capital em dívida converte-se em capital social.

Estamos assim perante um instrumento de financiamento híbrido que combina princípios de capital e de dívida.

Clubes de Business Angels e Entidades Veículo – Outro instrumento que importa dinamizar, os clubes « possibilitam a conjugação de esforços entre personalidades regionais de mérito e competência reconhecida nas suas áreas de atividade, com interesse em investir e entidades públicas (neste caso a região). O capital levantado junto dos privados permitirá alavancar os recursos públicos.

Este instrumento assume-se como uma variante do Fundo de Capital de Risco, destina-se a empresas tipicamente com baixa maturidade, que estejam a operar no máximo há 3 anos, e que necessitam de uma capacidade de mentoria muito forte.

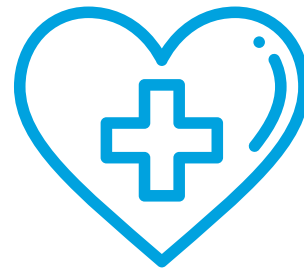
Os fundos podem ser constituídos por capital público ou misto público e privado.



Propostas:

- Instituição de fomento regional – fundo capaz de gerir capital de risco para negócios empreendedores regionais e fomentar fusões e aquisições (aproveitando os fundos europeus de recuperação económica);
- Atração de talentos – novos empregos – apoiar açorianos que tenham mais de 35 anos e que tenham qualificações e experiência de trabalho em áreas emergentes a regressarem;
- Criação do Conselho Estratégico Regional para o Investimento Privado, órgão interdepartamental, coordenado pelo membro do Governo com a tutela do investimento privado, com a presença de membros do governo que tutelam outras áreas relacionadas com atividades económicas e com presença da SDEA;
- Centro logístico (capacidade de armazenagem e centro de negócios) dos Açores em Lisboa – apoio ao crescimento dos negócios dos Açores em Lisboa (Europa-Continental);
- Integração nas redes de exportação nacional (*brokers*) – procura de mercados de nicho.





Qualidade de Vida

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a “Qualidade de Vida” como a percepção que um indivíduo tem sobre a sua posição na vida, dentro do contexto dos sistemas de cultura e valores nos quais está inserido e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

A qualidade de vida é tão importante nas nossas vidas que levou a OMS a criar um instrumento para a sua avaliação, sendo utilizado em todos os países, que consiste num inquérito de 100 questões, referentes a seis domínios: domínio físico, psicológico, o nível de independência, as relações sociais, o meio ambiente e as crenças pessoais, (WHO, 1994).

Neste sentido, podemos afirmar que a qualidade de vida se define como a satisfação do indivíduo no que diz respeito à sua vida quotidiana. Evidentemente que também contribuem para a qualidade de vida, a saúde. São indissociáveis. Mas também o nível socioeconómico, também a acessibilidade ao sistema educativo, ao emprego e ao direito a uma habitação condigna.

Abordar o tema da “Qualidade de Vida” nos Açores remete-nos para a análise de diferentes domínios.

Acessibilidade aos cuidados de saúde

Qualquer estratégia que procure ser bem-sucedida em saúde obriga a um planeamento a longo prazo. Serão sempre sensíveis e sujeitas a reavaliação e escrutínio constantes medidas instituídas neste âmbito, sendo assim crucial que exista uma ideia objetiva e convicta do rumo que se procura para o Serviço Regional de Saúde. Este rumo não pode ser outro que não o de criar condições para cuidados de saúde de excelência.

O Serviço Regional de Saúde é uma conquista que nos deve orgulhar, oferecendo cuidados insubstituíveis à população. Essa convicção obriga à sua reorganização constante por forma a contornar as limitações geográficas, a dificuldade em manter quadros diferenciados e a sua ineficiente organização interna e externa em redes de referência.

A crescente especialização e maior complexidade dos cuidados de saúde, associada ao envelhecimento populacional, impõe-nos a necessidade de sermos bem-sucedidos nessa tarefa sob pena de nos depararmos com um sistema insustentável que ofereça cuidados de saúde de baixa qualidade.

Aumento da procura dos cuidados de saúde

Outra questão importante e relacionada com a “Qualidade de Vida” prende-se com a longevidade que hoje atingimos. Essa longevidade, por sua vez, decorre das melhores condições de vida que as pessoas tiveram e que o País e a Região conheceram ao



longo das últimas décadas, das condições de habitação, das condições de rendimento, dos empregos, da educação. Essas são as principais determinantes da produção individual e coletiva de saúde.

Também a melhoria dos cuidados de saúde fez aumentar a esperança média de vida, pelo que uma população cada vez mais envelhecida, com mais comorbilidades, aumenta a procura e o consumo dos serviços de saúde, exercendo uma maior pressão em todo o sistema de saúde. Esta pressão resulta igualmente de uma aposta crescente quer numa medicina de prevenção, quer numa medicina cada vez mais interventiva.

Para fazer face aos desafios colocados por esta crescente exigência sobre o SRS, a região deverá:

Adaptar o SRS ao perfil sócio epidemiológico da população, conseguindo que nas ilhas mais pequenas, onde não se justifica organizar meios mais sofisticados, diferenciados e onerosos e sobretudo onde não vai haver o número de doentes suficientes para que os clínicos que aí exercem possam desenvolver convenientemente a sua prática clínica, que nesses locais tenhamos meios de assistência remota, que complementada com a consultoria dos centros mais diferenciados, designadamente as três unidades hospitalares, possam aí levar a cabo o maior número possível de intervenções que esses doentes careçam. Para tal poderá contribuir o recurso aos novos meios de Tele-saúde: tele-medicina e tele-monitorização;

Torna-se necessário uma maior aposta, nas ilhas de menor dimensão, em Núcleos de Cuidados de Saúde Primários, mitigados com valências mais agudas com o apoio desses serviços diferenciados. Concomitantemente, cumpre-se o objetivo de criar emprego diferenciado nessas zonas, nomeadamente para técnicos superiores de diagnóstico ou enfermeiros especialistas, que podem depois constituir um importante incentivo à fixação desses profissionais nessas ilhas.

Neste contexto, consideramos essencial que seja dada particular importância a três vertentes do Serviço Regional de Saúde:

- 1- Captação de recursos humanos e a sua formação adaptada à realidade regional;**
- 2- Reorganização da rede de referência interna e externa;**
- 3- Investigação e inovação;**
- 4- Auditorias;**
- 5- Humanização da Medicina.**

Captação de recursos humanos e a sua formação adaptada à realidade regional. A saúde é feita por pessoas e para pessoas, sendo a essência de qualquer Serviço de Saúde os seus recursos humanos. Apesar de toda a evolução verificada em Saúde, será sempre a componente humana aquela que terá maior potencial de proporcionar saúde.



É assim crucial que a Região crie um contexto favorável no Serviço Regional de Saúde que permita a fixação dos seus quadros mais diferenciados, situação que se confunde frequentemente com a componente monetária, mas que se estende para além desta. Neste contexto, um sistema que proporcione formação contínua e diferenciada, e que se organize por forma a permitir atividades assistenciais e não assistenciais de qualidade, será sempre apelativo num ambiente cada vez mais competitivo na procura de recursos humanos diferenciados.

É igualmente essencial que sejam entendidas as particularidades geográficas da Região Autónoma dos Açores e os desafios que essa situação coloca no campo da formação em saúde.

Neste sentido, é de suma importância que seja proporcionada formação dirigida aos diferentes contextos assistenciais do arquipélago, formação essa que deverá, se possível, ser articulada com as diferentes Ordens profissionais de modo a complementar a sua formação padronizada com valências adicionais.

Neste capítulo, a telemedicina poderá ser um complemento de grande utilidade, preferencialmente se integrada em centros de referência regionais.

Propostas:

- criar atrativos para captar e manter quadros mais diferenciados;
- promover formação padronizada às diferentes Ordens, com valências adicionais para que os profissionais de saúde se sintam mais confiantes no exercício da sua profissão e, assim, prestem melhores cuidados à população;
- criar acordos de filiação de uma forma coordenada ao abrigo de um memorando entre o Serviço Regional de Saúde e o Serviço Nacional de Saúde potenciando a vinda de profissionais de saúde para a RAA;
- atrair profissionais de saúde através da promoção de uma melhor política de investigação, através dos acordos envolvendo, por exemplo, a Universidade dos Açores ou a sua inclusão em centros académicos clínicos, podendo garantir a esses profissionais a sua atividade de investigação e às universidades e/ou centros de conhecimento nacionais consigam ter pequenos *clusters* populacionais interessantes, do ponto de vista científico, na medida em que há ilhas em que facilmente um estudo pode abranger toda a população.

Reorganização da rede de referência interna e externa

Numa região relativamente pequena e com grande dispersão de serviços de Saúde, é essencial que a comunicação seja frequente e que a planificação a longo prazo seja partilhada.



Esta situação confunde-se frequentemente com a centralização de cuidados e perda de valências por algumas unidades de saúde, situação normalmente bloqueadora da essencial reorganização do Serviço Regional de Saúde. Com vista a ultrapassar estas questões, a reorganização de cuidados deve ser realizada de forma programada e transparente, com a participação ativa dos diferentes intervenientes, dotando cada unidade de saúde dos recursos que efetivamente necessita para os cuidados que oferece, e permitindo a criação de redes de referência interna e externa para os cuidados mais especializados que exijam uma maior casuística para uma prática de excelência.

A articulação com centros de excelência do Serviço Nacional de Saúde é assim primordial, não apenas no âmbito das redes de referência externa de doentes, mas também por permitir uma efetiva formação contínua a nível clínico e organizacional com vantagens inequívocas para o Serviço Regional de Saúde.

Propostas:

- promover a criação de fóruns clínicos (físicos ou virtuais), por áreas profissionais, com regularidade, e que promovam a discussão de casos e o conhecimento mútuo;
- criar mecanismos de comunicação eficazes entre os profissionais da mesma especialidade nas diferentes ilhas, fomentando a aprendizagem, a partilha de experiências e de boas práticas;

Investigação e inovação

Apesar da importância inegável da atividade assistencial, é especialmente relevante que esta seja articulada com atividade de investigação. Esta situação, para além de permitir a participação do Serviço Regional de Saúde em projetos de investigação inovadores, proporcionará colateralmente a instalação de uma cultura de rigor científico clínico e organizacional que se traduzirá numa melhoria global dos cuidados de saúde.

Neste contexto, é de especial importância criar condições para uma parceria, primariamente com a Universidade dos Açores, mas também com outros centros universitários, permitindo a criação de um centro clínico académico com investigação e formação pós-graduada de qualidade.

Este progresso organizacional seria igualmente um elemento diferenciador do Serviço Regional de Saúde, facilitando a captação e retenção de recursos humanos de qualidade.

Propostas:

- dar a possibilidade aos profissionais de saúde de desenvolverem projetos diferenciadores e potenciadores de ganhos para a região;
- providenciar acesso a ferramentas científicas de qualidade;



Auditorias

As auditorias são fundamentais para um Serviço Regional de saúde de qualidade. Têm de ser encaradas não de forma punitiva, mas como um meio de autoavaliação, de forma construtiva e como oportunidades de melhorar. São um critério de qualidade e deverão ser implementadas transversalmente na saúde.

Humanização da Medicina

É necessário transmitir desde a formação académica que a Saúde se baseia em pessoas, ajudar pessoas, e não resolver problemas ou resolver números. Para isto é preciso tempo, tempo para o doente, tempo para o ato médico ou de enfermagem que se executa. As administrações em saúde têm de estar cientes desta necessidade.

A reorganização do Serviço Regional de Saúde é uma tarefa complexa e a implementação das medidas difícil. Contudo, existem já na Região exemplos de como isto é possível e com excelentes resultados. São disso bons modelos a rede pré-hospitalar de Suporte Imediato de Vida, proporcionando a cerca de 90% da população cuidados de emergência especializados regulados de forma centralizada; a Unidade de Deslocação e Evacuações Aéreas, que em colaboração com a regulação médica da Proteção Civil em muito melhorou a articulação entre os diferentes Serviços do Serviço Regional de Saúde no transporte de doentes emergentes; e a implementação das diferentes Vias Verdes (Coronária, Trauma, Sépsis, Acidente Vascular Cerebral e Grandes queimados), que permitiu otimizar os recursos locais e programar a transferência atempada para Centros com o nível de cuidados adequado.

Reforçamos, uma vez mais, que apesar das dificuldades existentes, com um propósito firme é possível melhorar os cuidados do Serviço Regional de Saúde, transformando-o num bom exemplo de organização e apelativo para profissionais. Só assim se conseguirá uma boa acessibilidade a cuidados de saúde de excelência, proporcionando a cada Açoriano exatamente o que precisa no momento necessário, ou seja, verdadeira qualidade de vida em saúde.

Fixação de médicos especialistas na RAA

Trata-se de um problema com potencial de dano iminente para o Sistema Regional de Saúde, que se atuarmos numa forma preventiva e rápida poderá ser antecipado e resolvido ainda antes de começar a dar os seus sintomas.

Atualmente, a região depara-se com desafios muito específicos que vão desde o facto de várias especialidades médicas que não têm especialistas nos Açores, ou com quadros muito poucos de profissionais; várias especialidades médicas em risco premente de "desaparecerem" de alguns dos nossos hospitais, devido ao envelhecimento da população médica da Região; dificuldades marcadas em conseguir segurar os internos formados localmente; e, por último, a muito reduzida capacidade de atrair e fixar profissionais médicos quer do continente, quer da Madeira.



Em resposta aos desafios acima identificados, propõe-se as seguintes medidas:

- Valorização dos serviços médicos;
- Permitir aos profissionais que se possam subespecializar/diferenciar, conseguindo com isto uma maior motivação do profissional em causa, mas também dotando os nossos hospitais de maior capacidade e, sobretudo, autonomia;
- Investir no melhoramento técnico e tecnológico dos nossos hospitais. de forma a também por esta via atrair profissionais interessados em praticar uma medicina moderna que possa potenciar os melhores resultados e, desta forma, a qualidade dos nossos serviços e satisfação dos nossos doentes;
- Criação de sinergias com os melhores hospitais do país, permitindo a existência de protocolos ágeis de articulação para a otimização das nossas respostas nos casos que eventualmente não consigamos dar respostas;
- Reintrodução de mecanismos preferenciais de controlo da formação dos nossos internos, através da retoma do modelo de vagas protocoladas/preferenciais para as especialidades médicas, em que o interno, ao entrar numa destas vagas, assume um compromisso contratual com a Região para o desempenho futuro das suas funções como especialista na Região durante um número de anos a fixar, contra uma indemnização que deverá ser dissuasora de hipotéticas rescisões (muito observadas no passado, e infelizmente sem um grande controlo) para que a medida possa ser eficaz;
- Aplicar medidas de estímulo financeiro para conseguirmos ser atrativos para especialistas do continente, da Região Autónoma da Madeira, e até eventualmente estrangeiros.



Educação



O contexto de pandemia que hoje vivemos colocou a descoberto várias fragilidades no sector da educação, tendo, simultaneamente, acelerado o processo de digitalização há muito discutido, mas timidamente desenvolvido. Porém, a violência e rapidez com que este cenário se colocou evidenciou a necessidade de repensar o sistema educativo, com particular impacto nos alunos, nas famílias, nos professores e nas escolas.

O domínio das ferramentas digitais por parte dos alunos, deverá proporcionar o aproveitamento da natural adaptação dos mais jovens às novas tecnologias e do conhecimento adquirido, muitas vezes, apenas em ferramentas de entretenimento (jogos e redes sociais), canalizando-o para o domínio de plataformas digitais desenhadas para o ensino à distância, mas também em complemento ao ensino presencial. Porém, importa compreender e reconhecer o relevante papel das famílias no processo educativo e a necessidade de garantir, por parte das mesmas, o acesso aos recursos tecnológicos e/ou capacitar as famílias para a utilização destes recursos em contexto de ensino/aprendizagem.

A “nova escola” evidencia a necessidade de capacitar os professores no que diz respeito às competências digitais. Pelo que será importante identificar diferentes níveis de conhecimento dos professores nestas matérias, por forma a adequar os conteúdos de formação ao seu perfil, para além de poder identificar os profissionais nesta área com maior aptidão digital e atribuir-lhes o papel de mentores, facilitando o processo de aprendizagem de núcleos e escolas. Reconhece-se a necessidade de reorganizar a Escola, reinventar a Escola.

A escola deixou efetivamente de ser um espaço físico. O papel da sala de aula deixa de ser o espaço privilegiado da ação do professor, levando à procura de meios de utilização mista do sistema de ensino. Um sistema híbrido permitirá manter o valor do contacto humano, da comunicação, das interações, da inteligência emocional, mas adicionar as vantagens do ensino à distância com recurso a plataformas, como é o exemplo do *moodle* amplamente utilizado pelo ensino profissional e universitário. Tal realidade potenciará a realização de projetos ou mesmo de visitas de estudo virtuais. Há um conjunto de atividades que podem realmente ser repensadas, utilizando todas estas tecnologias, todas estas experiências, potenciando a qualidade de vida, assim como o desenvolvimento sustentável da nossa região.

Vivendo em 9 ilhas dispersas numa considerável área, as tecnologias ajudam sendo agora tempo de pensar em formas de utilizar todos estes recursos na próxima década no sentido de melhorarmos a qualidade de vida das famílias, dos alunos, dos professores e da escola.



Propostas:

1. Desenvolver um plano para a Valorização do Capital Humano ;
2. Aprofundamento da ação social escolar como instrumento de garantia da igualdade de oportunidades, melhorando a sua capacidade de resposta em função da evolução do perfil de necessidades do aluno ao longo do percurso escolar e a nossa ambição deve ser, não a de diminuir o número de crianças e jovens abrangidos pela ação social escolar mas a de poder aumentar progressivamente o nível de apoio à educação de todas as crianças e jovens, independentemente da condição social e económica das suas famílias - apoio à compra de PCs;



Património e Cultura



Em 2018, o relatório sobre A Nova Agenda Europeia para a Cultura, produzido pela Comissão da Cultura e da Educação da Comissão Europeia, definia a Cultura também como “um «poder suave» que habilita e capacita os seus cidadãos a ser líderes responsáveis na sociedade, com integridade, entusiasmo e empatia”, defendendo que as Artes e as Humanidades “devem ser plenamente integradas nos sistemas educativos, para contribuir para moldar uma Europa colaborativa, criativa e mobilizada para promover a sustentabilidade, a integração e a coesão cívica”

É em torno desta ideia da Cultura como uma espécie de “poder”, de difícil definição e de atuação suave, mas potenciador da mudança, que se devem centrar as políticas culturais nos Açores. Partindo da ideia da educação pela arte, e trabalhando com os jovens do presente na formação dos cidadãos do amanhã, caminharemos no sentido de uma região mais colaborativa, criativa e mobilizada na promoção da sustentabilidade da cultura açoriana, na integração das múltiplas formas de expressão artística contemporâneas, numa perspetiva da coesão cultural numa região dispersa, que se quer, acima de tudo, cívica.

A Cultura deverá considerar a sua atuação num eixo tridimensional, do tradicional, mas sempre contemporâneo, trio: Passado, Presente e Futuro. As políticas culturais devem refletir a vivência do presente dos agentes da comunidade cultural onde atuam, assegurando a preservação do passado como suporte para o caminho do futuro. Um futuro que se tem revelado cada vez mais incerto, fruto da contemporaneidade pós-moderna da nossa realidade global, com múltiplas e complexas manifestações sociais que se refletem naturalmente nas manifestações culturais e projeções artísticas do presente.

Como tal, a atuação na Cultura deve ter como objetivo a preservação do nosso património histórico, material e imaterial, móvel e imóvel, convocando-o para este presente contemporâneo açoriano, na viragem do primeiro quinto do século XXI, que se mostra atento às manifestações culturais do aqui e do agora, nunca perdendo de vista que é através do reconhecimento presente do passado que podem os Açores melhor projetar um futuro cultural com legado e memória.

Devido à sua dispersão arquipelágica, as políticas culturais nos Açores devem privilegiar a coesão cultural local e regional, numa visão integrada e complementar, na qual cada ilha, cada cidade, cada freguesia desempenha um papel importante na complexa “manta de retalhos” que é a realidade cultural açoriana. Partes de um todo que só o é porque composto de partes, a cultura dos Açores dispersa-se por nove ilhas mas une-se num só arquipélago.

É necessário que nos reconheçamos, agora que nos abeiramos da prolecta idade de seiscentos anos, como um povo único, detentor de uma história e cultura de alcance e reflexos nacionais e internacionais, com uma Diáspora igualmente única e

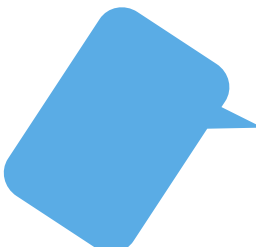


culturalmente rica, que importa preservar, estudar, conhecer e dar a conhecer a quem nos Açores habita, assim como a quem de fora nos visita.

O potencial do turismo cultural é um forte atrativo dos Açores. A suas nove ilhas são, natural e culturalmente, um espaço disperso, embora coeso, onde a experiência do visitante é extraordinariamente rica. Da gastronomia à paisagem, da hotelaria à aventura, da cultura à pesca, de entre outros tantos binómios que são tanto mais rentáveis quanto mais compreendidos e preservados, a realidade açoriana é única.

Deste modo, importa uma forte aposta na construção e disponibilização de conteúdos sobre e dos Açores, nas suas mais variadas formas, áreas ou arte. É importante escrever, fotografar, filmar, desenhar sobre os Açores, desta forma aumentando as fontes disponíveis sobre a cultura açoriana. Esta criação e divulgação de conteúdos pode ser feita de muitas formas, algumas mais próximas da visão turística, outras mais chegadas ao historicismo, mas todas contribuindo para o engrossar de informação disponível sobre a cultura dos Açores.

A atualização e criação da informação disponível online e bilingue, a sinalização digital e online de sítios e espaços de importância cultural, a criação de roteiros temáticos sobre aspetos da história e cultura dos Açores, a integração de aspetos culturais nos comerciais, o desenvolvimento de ferramentas digitais, entre outros, são alguns exemplos de atuação que permitem ao turista uma experiência mais informada sobre a nossa realidade cultural açoriana. E ao residente uma maior informação sobre a realidade que o rodeia.



“A Cultura é o maior criador de conteúdos turísticos”

Arq. Filipe Mota, Conferência Todos Contam
“Cultura e Património”
22 julho 2020

Para além da preservação do passado, a atuação na área da Cultura deve ser também um reflexo do Presente contemporâneo dos Açores do século XXI. Um Presente que reconhece a Globalização como fator de nivelamento da área de atuação dos agentes culturais e criativos, fazendo com que os Açores, mercê da sua localização, sejam beneficiados pela qualidade de vida e atratividade, mas penalizados pela dispersão arquipelágica da sua condição de ilhéus.

Importa apostar na contemporaneidade, dando condições para o surgimento de *hubs* criativos e de redes colaborativas internacionais, através da realização de residências artísticas no arquipélago, potenciando o digital e a componente mais desmaterializada da arte, colaborando para a partilha de conhecimento e de experiências, e de outras atividades que sinalizem os Açores como espaço de criação e exibição contemporâneas.

É importante apostar na internacionalização dos artistas regionais, ao mesmo tempo que se aposta na criação de espaços de confluência de artistas internacionais para os Açores, potenciando assim a região como um dos destinos da contem-



poraneidade artística, fazendo do arquipélago um destino internacional de artistas e, consequentemente, de galeristas e agentes promocionais da arte contemporânea. Para além da internacionalização dos artistas regionais, deve apostar-se na mobilidade da criação artística regional, pelo maior número de ilhas possível. A criação de mecanismos facilitadores do transporte de equipamentos e cenografias por ar e por mar potenciam o intercâmbio interilhas de artistas e espetáculos. Pese embora a realidade COVID tenha tido uma enorme influência negativa nesta pretensão, deve a atuação política seguir, sempre que possível, este caminho de facilitar a mobilidade interilhas dos artistas, dos projetos e dos espetáculos.

A desburocratização, atualização de procedimentos e desmaterialização da documentação a submeter nas candidaturas aos sistemas de apoio regionais deve ser um objetivo na área da Cultura. Sem nunca descurar a qualidade da apresentação dos projetos, quanto menos a sua natureza, o certo é que existe redundância de documentação e carecese de uma base de dados automatizada, como suporte a montante de muitas das políticas até aqui descritas.

É importante um regular contato com os agentes culturais e criativos, com divulgação de informação, numa atuação de maior proximidade, através de mecanismos que auxiliem os agentes na apresentação de projetos a linhas de financiamento regionais, nacionais, europeias e internacionais, e ao mesmo tempo uma contribuição na divulgação de calls, linhas de financiamento, bolsas de criação, entre muitas outras oportunidades formativas, criativas e financeiras disponíveis.

A atuação na área da Cultura deve auxiliar o conhecimento dos agentes culturais e criativos dos Açores das fontes de financiamento para os projetos que pretendem desenvolver, como forma de contribuir para um natural processo de profissionalização, uma vez que são cada vez mais os artistas que arriscam na sua formação e capacitação como profissionais.

Esta atuação deve ser feita lado a lado com a valorização dos técnicos e profissionais dos setores que se relacionam direta ou indiretamente com manifestações culturais e artísticas. Os técnicos de cena, de luz, de som, de imagem, de entre tantos outros meios de produção cultural sentiram de uma forma muito forte, tal como os artistas e criadores, os efeitos de um confinamento e de uma pandemia que afastou os aglomerados e os públicos físicos, condições sine qua non para a grande maioria das artes.

Desta forma, é importante garantir que, em situações pandémicas futuras, expetáveis e, portanto, de se considerarem, mais do que linhas de apoio e financiamento, são garantidos palcos, sejam eles físicos, virtuais ou mistos. Os agentes culturais e criativos necessitam de espaços onde apresentar ao público os seus trabalhos, com a consciência de que o trabalho artístico é produzido para ser usufruído e compreendido pelo público. Sem a tríade artista-arte-público, a produção artística não o é em pleno.

As políticas culturais sobre o passado e o presente só farão verdadeiramente sentido quando orientadas para uma projeção da cultura dos Açores do futuro. Uma Cultura



que se pretende internacional, regional, local e global, livre e contemporânea, alicerçada na educação pela arte, ciente da importância da aposta na formação de públicos, na promoção da criatividade junto dos mais jovens, e no apoio à formação e à profissionalização dos jovens criadores dos Açores.

“Acho fundamental criarmos na escola uma ideia de cultura”

Maestro Hélder Bettencourt, Conferência Todos Contam

“Cultura e Património”

22 julho 2020

A promoção de momentos formativos na área da Cultura, em regimes formais e informais de coletivos e indivíduos deve ser uma preocupação para o futuro. Os Açores carecem de formação especializada em diversas áreas culturais, particularmente nas camadas mais jovens. É importante garantir-se uma oferta formativa em áreas musicais, performativas e técnicas que vão além do clássico e do formal.

A Cultura, lato sensu, é dinâmica e em constante atualização e os açorianos têm vivido, ao longo destas últimas décadas, mudanças culturais globais e regionais bastante significativas, a começar pela globalização da comunicação. Como tal, é na aposta da formação do presente que se pode almejar um futuro culturalmente mais rico.

A criação de novos públicos deve também ser um objetivo a médio e longo prazo na área da Cultura. A promoção do livro e da leitura e a mediação da leitura são elementos essenciais para este desígnio. Acresce-se também a criação de espaços de desenvolvimento criativo infantojuvenis, a organização de formação para jovens, a promoção da criatividade, realização de concursos, atribuição de bolsas criativas de curta duração são exemplos de estratégias a adotar.

Apostar na valorização e conhecimento do passado, de onde viemos, a par da promoção contemporânea e estímulo à criatividade do presente, onde estamos, é preparar, de uma forma informada, consciente e projetada, um futuro que se pretende mais criativo, mais mobilizado, e mais colaborativo na garantia da sustentabilidade e no desenvolvimento cultural dos Açores e dos Açorianos.

Propostas:

- Regular contato com os agentes culturais e criativos, com divulgação de informação, numa atuação de maior proximidade;
- Auxiliar o conhecimento dos agentes culturais e criativos dos Açores das fontes de financiamento para os projetos que pretendem desenvolver;



Nota Final

De todas as iniciativas realizadas, do desenvolvimento do documento que se apresenta que é a síntese dos contributos recebidos, das apresentações efectuadas nas conferências pelos palestrantes mas também dos debates que foram tendo lugar, resulta claro que os Açores devem procurar um desígnio comum capaz de envolver todos e cada um dos açorianos e das açorianas.

A verdade e citando Simon Sinek, é que o que define as organizações que têm maior sucesso são aquelas que têm um desígnio de longo prazo, desígnio esse que é partilhado pelos seus membros e em que toda a ação é desenvolvida em torno desse desígnio.

Assim, é entendimento comum que este desígnio deve alicerçar-se na Qualificação dos recursos humanos, aumento da produtividade, melhoria dos rendimentos das pessoas e das empresas, criação de emprego estável e fomento da natalidade. Tudo isto, tendo como pano de fundo o fortalecimento dos laços comunitários e o reforço do sentimento autonómico, sem descuidar o incremento da independência económica e financeira da região.

Ora, para alcançar este objetivo importa percorrer um caminho. Foi, no sentido de delinear esta trilha que o movimento apresenta a “Agenda para os 50 anos da autonomia” que contempla um conjunto de medidas das quais salientam dois roteiros: O Roteiro para a Transformação Digital e o Roteiro para a Coesão dos Açores.

O primeiro, é indissociável da qualificação dos recursos humanos, da capacidade de financiamento, e das infraestruturas de comunicação. Trata-se, por isso, de um roteiro que deve ser entendido não como uma política sectorial, mas antes como um desígnio regional com verdadeiro potencial transformador merecedor de acolhimento ao nível da coordenação estrutural das futuras políticas regionais. E responde, desde logo, à necessidade de estabelecer uma agenda moderna capaz de responder à reconfiguração que a própria União europeia começa agora a empreender.

E o segundo parte do princípio que apenas se consegue dar uma resposta ao desafio de coesão dos Açores por via do conhecimento das especificidades e potencialidades de cada uma das ilhas, principalmente em termos económicos e sociais.

E defende a criação de clusters por referência das necessidades de coesão e em função do tipo de desafio que as ilhas enfrentam. Tendo em conta, desde logo, a demografia, o emprego, mormente o qualificado, e a criação de bens transacionáveis. Trata-se de uma resposta firme e efetiva à necessidade de políticas e medidas concretas para convergir com o todo Regional, Nacional e Europeu.

Para além destas duas vertentes, consubstanciadas nos roteiros, o movimento entendeu também apresentar propostas no âmbito da Governança e Transparência que visam sobretudo intensificar a confiança dos açorianos nas suas instituições respondendo assim de forma positiva a um dos maiores desafios das democracias modernas.

Todas as medidas preconizadas tiveram por base os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Pois, na verdade, entre a ecologia e a sociedade tem que se encontrar uma forma do desenvolvimento que seja suportável ao nível das alterações climáticas. Tudo isto, claro está, tendo sempre em linha de conta a justiça e a equidade.

Pois, para que consigamos ter um desenvolvimento sustentável tem que haver também pensamento e, mais do que isso, uma mudança de pensamento. Sendo certo que o pensamento crítico não é por si só suficiente, temos que ter pensamento criativo, cuidadoso, valorativo, capaz de promover a empatia e, por conseguinte, de envolver a comunidade na prossecução dos seus objetivos.

Foi este, na verdade, o objetivo conseguido por este movimento e que se espera se mantenha no desenvolvimento das estratégias aqui propostas.

O envolvimento dos cidadãos na definição e implementação das políticas.

